



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal Do Paraná  
Especialização em Gestão Pública Municipal  
*Campus Curitiba*



MARIA DE LOURDES GALVÃO CORREA

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGÊNCIA DO TRABALHADOR  
DE TELÊMACO BORBA-PR  
SOB A VISÃO DO PÚBLICO ALVO**

CURITIBA

2012

MARIA DE LOURDES GALVÃO CORREA

**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGÊNCIA DO TRABALHADOR  
DE TELÊMACO BORBA-PR  
SOB A VISÃO DO PÚBLICO ALVO**

Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Professor Orientador: Dr. Jorge Carlos C. Guerra

CURITIBA

2012



**Ministério da Educação**  
**Universidade Tecnológica Federal Do Paraná**  
**Especialização em Gestão Pública Municipal**  
*Campus Curitiba*



**TERMO DE APROVAÇÃO**  
**QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA AGÊNCIA DO TRABALHADOR DE**  
**TELÊMACO BORBA-PR SOB A VISÃO DO PÚBLICO ALVO**  
por  
**MARIA DE LOURDES GALVÃO CORREA**

Esta monografia foi apresentada às 09 horas, do dia 14 de dezembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal – Educação à distância – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A candidata apresentou o trabalho para a Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após a deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.

---

Profª MSc Ana Cristina M. Magalhães  
(UTFPR)

---

Profª Drª Isaura Alberton de Lima  
(UTFPR)

Visto da Coordenação:

---

Prof. Dr. Jorge C. C. Guerra, LD – Orientador  
(UTFPR)

---

Prof. MSc Hilda Alberton de Carvalho  
Coordenador do Curso de Especialização  
em Gestão Pública

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, renovado a cada provação que se apresenta e nos sonhos que se concretizam.

Aos meus pais Agenor e Esmaltina, que me ensinaram honestidade, determinação, coragem e responsabilidade para alcançar o melhor possível em tudo que me disponho a fazer.

Ao meu esposo Odamiir pelo apoio, paciência e renúncia a alguns momentos em que poderíamos estar juntos.

Ao meu filho Lucas Emanuel que é muito mais do que sempre sonhei e pedi a Deus.

Ao Orientador, Prof. Dr. Jorge Carlos C. Guerra, pelo comprometimento e carinho demonstrado ao longo da pesquisa, por sua sabedoria, estímulo, pela riqueza de suas reflexões e sensibilidade de suas palavras.

Às tutoras Vera Lucia Galvão e Patrícia Ferreira Kuhnen, pelo incentivo e constante apoio.

À equipe de docentes da UTFPR pelo profissionalismo e competência incomparáveis

Aos colegas de turma pelos bons momentos em que estivemos juntos e a todos os meus amigos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

CORREA, Maria de Lourdes Galvão. Qualificação Profissional na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba - PR. Sob a Visão do Público Alvo. 2012. 66 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

As mudanças ocorridas no mercado de trabalho, nas últimas décadas, alteraram significativamente o perfil dos trabalhadores exigido pelas empresas, que para conseguirem ou manterem-se no emprego, precisam cada vez mais escolaridade e qualificação profissional. Esta situação tem pressionado o Governo a criar Políticas de Emprego e Renda para auxiliar a população mais vulnerável. No Brasil, dentre as Políticas Públicas de Emprego e Renda, destacam-se: intermediação de mão de obra; seguro desemprego; economia solidária, abono salarial e qualificação profissional que é tema da presente monografia, cujo objetivo é apresentar o resultado de pesquisa realizada com alunos egressos dos cursos de qualificação oferecidos na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba – PR, analisando aspectos do perfil dos alunos e colocação no mercado de trabalho. O Programa de Qualificação Profissional, coordenado pela Agência do Trabalhador, tem por objetivo promover cursos de qualificação profissional de nível básico para os trabalhadores desempregados ou para requalificação profissional. Os cursos oferecidos são custeados com recursos do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador e também com recursos da Prefeitura Municipal. Os cursos oferecidos, também têm a finalidade de atender as demandas específicas, de setores que estão com falta de trabalhadores qualificados para preenchimento de vagas de trabalho.

**Palavras-chave:** Qualificação. Trabalhador. Requalificação. Agência do Trabalhador.

## **ABSTRACT**

CORREA, Maria de Lourdes Galvão. Professional Qualification Agency Worker in Telemaco Borba, Parana. Under the Vision of the Target. 2012. 66 f. Monograph (Specialization in Municipal Public Management) - Distance Education – Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2012.

The changes in the labor market in recent decades, Significantly altered the profile of workers required by companies. To get or keep jobs, is Necessary Increasingly, educational and professional qualification. The need to create jobs and income policies to assist the most vulnerable people facing this situation is high on the agenda of the government. In Brazil, among the Public Policy Employment and Income, include: intermediation of labor, unemployment insurance, social economy, salary bonuses and professional qualification that is the subject of this monograph, Whose aim is to present the results of research Conducted students with graduates of training courses available on the Agency Worker Telemaco Borba - PR, analyzing aspects of the profile of the students and placement in the labor market. The Professional Qualification Program, coordinated by the Agency Worker, AIMS to Promote vocational training courses from basic level to unemployed workers or retraining. The courses are funded Offered with resources from FAT-Worker Support Fund and with funds of the City. The courses are designed to meet also the specific sectors of Demands That Are short of skilled workers to fill job openings.

Keywords: Qualification. Worker. Requalification. Agency Worker.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Intermediação de mão de obra .....	45
TABELA 2 – Seguro desemprego .....	46
TABELA 3 – Carteiras de Trabalho .....	46
TABELA 4 – Banco Social .....	46
TABELA 5 – Sala do empreendedor – FEV/2011 A JAN/2012 .....	46
TABELA 6 – Qualificação profissional - SENAI - Programa 2011/2012 .....	48
TABELA 7 – Cursos do SENAI 2012 – Setor de móveis .....	48
TABELA 8 – Cursos do SENAC 2011 .....	49
TABELA 9 – Cursos do SENAC 2012 .....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Gênero dos participantes dos cursos/SENAI .....	50
GRÁFICO 2 – Faixa etária alunos/SENAI.....	51
GRÁFICO 3 – Escolaridade alunos/SENAI.....	51
GRÁFICO 4 – Situação atual dos egressos dos cursos do SENAI .....	52
GRÁFICO 5 – Razões para não estar trabalhando/SENAI .....	53
GRÁFICO 6 - Mudanças na vida profissional após a conclusão da qualificação/SENAI	53
GRÁFICO 7 – Nº de egressos que responderam à pesquisa/SENAI.....	54
GRÁFICO 8 – Gênero dos participantes dos cursos/SENAC.....	54
GRÁFICO 9 - Faixa etária alunos/SENAC .....	55
GRÁFICO 10 - Escolaridade alunos/SENAC .....	55
GRÁFICO 11 – Situação atual dos egressos dos cursos do SENAC.....	56
GRÁFICO 12 – Razões para não estar trabalhando/SENAC.....	57
GRÁFICO 13 – Mudanças na vida profissional após a conclusão da qualificação/SENAC.....	57
GRÁFICO 14 – Nº de egressos que responderam à pesquisa/SENAC .....	58



## LISTA DE ABREVIATURAS

AEF	Associação Educacional Fanuel (Guarda Mirim)
AOS	Arcos Ocupacionais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEMEP	Centro Municipal de Ensino Profissionalizante
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAD	Fundo de Assistência ao Desempregado
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATEB	Faculdade de Telêmaco Borba
FTG	Formação Técnica Geral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPARDES	Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PLANTEQS	Planos Territoriais de Qualificação
PNMO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNQ	Plano Nacional de Qualificação Profissional
POP	Projeto de Orientação Profissional
PROESQS	Projetos Especiais de Qualificação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
QAD	Qualificação à Distância
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEMPRE	Sistema Público de Emprego
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SPE	Sistema Público de Emprego
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UNIDERP	Universidade Anhanguera

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1</b>	<b>Justificativa .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos .....</b>	<b>15</b>
1.2.1	Objetivo geral.....	15
1.2.2	Objetivos específicos.....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Políticas Públicas de Emprego, Renda e Qualificação no Brasil.....</b>	<b>16</b>
2.1.1	Principais Políticas de Trabalho, Emprego e Renda do Governo Federal .....	18
2.1.1.1	Intermediação de mão de obra .....	18
2.1.1.2	Economia solidária .....	19
2.1.1.3	Seguro desemprego.....	19
2.1.1.4	Abono salarial .....	21
2.1.1.5	Qualificação profissional .....	21
<b>2.2</b>	<b>Contexto econômico e social do emprego e renda de 2010 a 2012 .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>Exemplos de qualificações feitas pelo SINE em municípios brasileiros.....</b>	<b>29</b>
2.3.1	Projovem .....	30
2.3.2	Projeto Usina do Trabalho .....	31
2.3.3	PlanSeQ Copa do Mundo.....	31
2.3.4	PlanSeQ Turismo Alagoas .....	32
2.3.5	PlanSeQ Próximo Passo .....	32
2.3.6	CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional .....	33
2.3.7	CEAS - Centro de Estudos e Ação Social.....	33
2.3.8	PRONATEC.....	37
<b>2.4</b>	<b>Fatores de fracasso na implantação e gestão de qualificações feitas pelo Sistema Público de Trabalho e Renda .....</b>	<b>34</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1</b>	<b>Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2</b>	<b>Desenvolvimento da monografia .....</b>	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>40</b>
<b>4.1</b>	<b>Tipificação do Município de Telêmaco Borba – PR.....</b>	<b>40</b>

<b>4.2</b>	<b>Ações da Agência do Trabalhador e Conselho Municipal dos Trabalhadores em T. Borba .....</b>	<b>41</b>
4.2.1	Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba – PR .....	41
4.2.2	Conselho Municipal do Trabalho .....	42
4.2.3	Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho de Telêmaco Borba .....	44
4.2.3.1	Ações do Conselho Municipal do Empr. e Rel. do Trab. de Telêmaco Borba .....	45
<b>4.3</b>	<b>Relatório de síntese de 2010, 2011 e 2012.....</b>	<b>5</b>
4.3.1	Diagnóstico dos cursos ofertados em 2010, 2011 e primeiro semestre 2012 .....	47
4.4	Diagnóstico e análise dos cursos ofertados em 2011 e 2012 .....	50
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>65</b>

## **1 INTRODUÇÃO.**

A globalização, as inovações tecnológicas e as novas formas de gestão alteraram o perfil dos trabalhadores exigidos pelo mercado de trabalho, e cada vez mais é necessário que os trabalhadores estejam preparados para conseguir ou se manter no trabalho.

A presente monografia tem como objetivo apresentar o resultado de pesquisa realizada com os alunos egressos dos cursos de qualificação oferecidos na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba – PR, analisando aspectos do perfil dos alunos e colocação no mercado de trabalho.

O Programa de Qualificação Profissional, coordenado pela Agência do Trabalhador, tem por objetivo promover cursos de qualificação profissional de nível básico para os trabalhadores desempregados ou para requalificação profissional. Os cursos oferecidos são custeados com recursos do FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador e também com recursos da Prefeitura Municipal. Os cursos oferecidos também têm a finalidade de atender as demandas específicas de setores que estão com falta de trabalhadores qualificados para preenchimento de vagas de trabalho.

A Política de Qualificação Profissional é importantíssima para os trabalhadores que precisam estar cada vez mais qualificados para atender as exigências do Mercado de trabalho, porém não basta ao Governo Federal, Estadual ou Municipal oferecer os cursos, é necessário que exista, com frequência, avaliação e monitoramento dos cursos, principalmente pelos usuários dos programas, para que os recursos públicos aplicados sejam bem aproveitados.

As Políticas de Emprego podem ser classificadas e divididas em Políticas Ativas e Passivas:

As Políticas Ativas englobam um conjunto de ações públicas que visam elevar o nível de emprego. Podemos destacar algumas delas: política de formação profissional, política de intermediação de mão-de-obra, política de apoio a micro e pequenas empresas, política de subsídios aos empregadores para a contratação de novos empregados e a política de geração direta de empregos pelo setor público.

As Políticas Passivas de emprego têm como objetivo tornar a situação do trabalhador menos dramática, propiciando condições mínimas de subsistência aos trabalhadores que persistem em situação de desocupação. Podemos apontar como tipo de política passiva: extensão dos ciclos escolares, políticas de aposentadoria precoce e a política do seguro-desemprego.

As políticas públicas de emprego devem ser acompanhadas e fiscalizadas pelos Conselhos Municipais do Trabalho, que são órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo, constituídos por representantes do governo, trabalhadores e empregadores.

### **1.1 Justificativa.**

O tema do presente trabalho “Qualificação do trabalhador na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba-PR, sob a visão do público alvo”, trata sobre a Política de Qualificação Profissional, mais especificamente os cursos oferecidos aos trabalhadores pela Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba.

As Políticas Públicas de Qualificação Profissional são de suma importância para a inserção dos menos favorecidos no mercado de trabalho, principalmente numa época em que é preciso ter conhecimento, técnica e habilidade para conseguir seu lugar.

Através da pesquisa pretende-se avaliar o programa de qualificação profissional na visão dos alunos, analisando aspectos de aprendizagem e colocação no mercado de trabalho.

A escolha do tema deve-se ao fato da autora desta pesquisa trabalhar na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba e, perceber-se que muitas vagas não são preenchidas em virtude da diferença entre a demanda das empresas que as ofertam e a baixa qualificação dos trabalhadores, que não preenchem os requisitos necessários para ocupá-la.

Há também o intuito de verificar se os cursos de qualificação profissional que são oferecidos pela Agência do Trabalhador, estão possibilitando aos alunos melhores condições de acesso e qualificação ao mercado de trabalho.

Segundo Paes e Barros (2002), a política de formação profissional é vital para reduzir o denominado desemprego por descasamento, ou seja, aquele onde o preenchimento da vaga se dá em virtude da diferença entre o nível de qualificação dos desempregados e o demandado pelas firmas que ofertam os postos de trabalho

Através de relatos dos atendentes da intermediação de mão-de-obra constatamos que o setor de prestação serviço e o comércio são os setores que mais tem sofrido pela falta de mão-de-obra qualificada, o que pressionou a elaboração de um projeto de cursos para estes setores, com recursos da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba.

## **1.2 Objetivos.**

### 1.2.1 Objetivo Geral.

Avaliar as ações de qualificação profissional, desenvolvidas pela Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba-PR, nos períodos de 2010 a 2012, sob perspectiva dos participantes (alunos).

### 1.2.2 Objetivos Específicos.

- Analisar as políticas e ações públicas de qualificação profissional em Telêmaco Borba-PR;
- Levantar referencial teórico sobre Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda, com ênfase aos programas federais;
- Verificar se os alunos egressos dos cursos de qualificação profissional realizados pela Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba-PR foram inseridos no mercado de trabalho;
- Identificar o perfil dos alunos que participaram dos cursos de qualificação profissional na agência do trabalhador;
- Fornecer subsídios a Agência do Trabalhador e ao Conselho Municipal do Trabalho para avaliação dos cursos já realizados.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO.**

Este capítulo trata do referencial teórico com a busca de informações referentes ao tema proposto, cujas palavras chaves são: Políticas Públicas de Emprego, Renda e Qualificação no Brasil; Contexto Econômico e Social do Emprego de 2010 a 2012; Exemplos de qualificações realizadas em municípios brasileiros; Fatores de fracasso, na implantação e gestão de qualificação feita pelo Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

### **2.1 Políticas Públicas de Emprego, Renda e Qualificação no Brasil.**

Segundo Guareschi (2004, p. 180), Política Pública, “é o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando em compromisso público que visa dar conta de determinada problemática, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público”.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho tais como a globalização dos sistemas de produção e distribuição, as mudanças tecnológicas e a intensificação da competição, têm colocado como prioridade nas agendas governamentais, a necessidade do Estado pensar em algumas políticas de emprego e renda que visem auxiliar a população no enfrentamento do desemprego e da exclusão social.

A Convenção nº 88/1948 da OIT orientava que cada país membro mantivesse um sistema público e gratuito de emprego, com o apoio de organismos públicos e privados interessados, para a melhor organização possível do mercado de trabalho, destinado a assegurar e a manter o pleno emprego, assim como a desenvolver e a utilizar os recursos produtivos.

No Brasil, através do Decreto nº 76.403, de 08/10/75 foi criado o Sistema Público de Emprego, com estrutura federalizada e recursos provenientes do Fundo de Assistência ao Desempregado – FAD.

Na evolução do SINE – Sistema Nacional de Emprego destacam-se quatro fases, sendo que na primeira fase ocorreu a criação do Sistema Nacional de Emprego que coincidiu com o fim do “Milagre Econômico”, momento caracterizado pelas mais altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto registradas no país, quando a proposta do governo, contida no II Plano Nacional de Desenvolvimento, trazia a concepção de que a questão do desemprego seria resolvida por ajustes na oferta e demanda do mercado de trabalho. Enfatizava a intermediação de mão de obra, como solução para o desemprego friccional, pois

se acreditava no dinamismo da economia e que este teria oportunizado a criação suficiente de emprego e o mercado de trabalho era mais abrangente e completo, para tanto, era necessário ajustar e preparar a mão de obra para atender essa demanda.

Na segunda fase (período de 1983 a 1992), acontece um período de incerteza e descontinuidade política, ocorrendo uma baixa no volume de colocações realizadas pelos serviços de intermediação de mão de obra. A adoção do Plano Cruzado em 1996 introduziu no país o seguro-desemprego, que em um primeiro momento ficou a cargo do SINE apenas os serviços de orientação ao desemprego, devido à falta de estrutura do Sistema Público de Emprego. No final da década de 1990, quando da aprovação da legislação do seguro-desemprego, surge a oportunidade de financiamento do Sistema Nacional de Emprego-SINE pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, com a finalidade de promover ações de qualificação e reemprego dos trabalhadores.

A terceira fase inicia-se em 1993, com iniciativas de modernização do sistema, introdução de novas tecnologias de execução e monitoramento das políticas públicas, introdução de serviços para grupos específicos.

A quarta fase se estabelece a partir de 2004, com um amplo processo de discussão que culminou com novas normativas sobre as competências.

Os sistemas públicos de emprego combinam, em geral, políticas ativas e passivas de emprego.

As políticas ativas<sup>1</sup> têm como objetivo aumentar a demanda por trabalho através da criação de empregos públicos, frentes de trabalho, programas de apoio às micro e pequenas empresas, entre outras ações; reduzir o chamado desemprego friccional<sup>2</sup>; combater o desemprego estrutural, através de ações de qualificação profissional e facilitar a inserção ou reinserção de grupos específicos: como o subsídio ao emprego de jovens ou desempregados de longa duração.

Nas políticas passivas as ações são implementadas onde a maior preocupação é reduzir ou mesmo neutralizar os efeitos decorrentes da situação do desemprego, quer pelos trabalhadores, quer pelo próprio mercado de trabalho. Temos como exemplos: o seguro desemprego, abono salarial, extensão dos ciclos escolares, e aposentadoria precoce.

---

<sup>1</sup> PARANÁ. SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO. Intermediação de mão de obra: termo de referência para o Sistema Nacional de Emprego. Paraná, 2003. P. 12-13

<sup>2</sup> “ocorre na transição de um tipo de emprego para outro. Pessoas que perderam o emprego não encontram sempre outro no momento imediatamente seguinte; há uma “fricção”, uma dificuldade de adaptação e de informação até ocorrer a recolocação.” **Macroeconomia: emprego e desemprego.** p. 135. Disponível em: <<http://www.arquivos.unama.br/professores/iuvb/contabilidade/MECO/aula09.pdf>>. Acesso em: 09/10/2012.



As políticas passivas – pagamento do seguro desemprego e do abono salarial - nos últimos anos têm consumido mais recursos e prejudicado, fortemente, o orçamento das políticas ativas – intermediação de mão-de-obra e qualificação – ocasionado com isso, um desequilíbrio inadequado para o bom funcionamento do Sistema Público de Emprego que não tem articulação entre as políticas.

### 2.1.1 Principais Políticas de Trabalho, Emprego e Renda do Governo Federal.

Neste tópico serão abordadas as principais Políticas de Trabalho, Emprego e Renda: Intermediação de Mão de Obra, Economia Solidária, Seguro Desemprego, Abono Salarial, Qualificação Profissional.

#### 2.1.1.1 Intermediação de mão de obra

Consiste em propiciar informações e orientações ao trabalhador na procura por emprego e, aos empregadores, na busca de recursos humanos, com o objetivo de promover o encontro de ambos, auxiliando o recrutamento de trabalhadores por parte dos empregadores e a (re) colocação dos trabalhadores nas vagas disponíveis, minimizando o custo social causado pelo desemprego.

Podemos citar como atividades da intermediação, a manutenção de um banco de dados com as informações sobre o perfil das vagas oferecidas pelas empresas - faixa etária requerida, nível de qualificação, salário, experiência, etc. - e das características dos trabalhadores que buscam emprego.

Walwei (1995), “destaca a importância do serviço público de intermediação, tendo em vista que os serviços privados concentram seus esforços, principalmente em trabalhadores com habilidades elevadas, ou especiais, com maior experiência e, muitas vezes, já empregados, ficando excluídos trabalhadores de difícil colocação, caso de desempregados de longa duração, que estariam correndo o risco de não conseguirem retornar ao mercado de trabalho”.

No Paraná existem alguns programas voltados especificamente para o atendimento de alguns grupos de maior vulnerabilidade de acesso ao mercado de trabalho, dentre os quais podemos destacar: Programa de Apoio a Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de trabalho: tem como objetivo principal a inclusão social, pelo trabalho, da pessoa com deficiência, possibilitando-lhe a habilitação ou readaptação profissional imprescindível ao

convívio social saudável e produtivo. O programa visa também garantir o cumprimento da legislação em relação à pessoa com deficiência.

Um outro programa é a Central do Trabalho Autônomo que visa intermediar a contratação, por pessoas físicas ou jurídicas, de empreendedores individuais e profissionais autônomos, na realização de prestação de serviços, venda de produtos ou pequenos serviços informais, caracterizados como: serviços profissionais de curta duração realizados por empreitada ou ajuste prévio, desde que se constituam em demanda de natureza eventual de quem contrata.

O programa Microcrédito tem como objetivo incentivar a geração de trabalho e renda entre os micro empreendedores populares e tornar disponíveis recursos para o microcrédito produtivo orientado foi instituído em 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado-PNMO.

#### 2.1.1.2 Economia solidária

É uma alternativa para gerar trabalho e renda que combina os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade, em atividades de produção de bens e de serviços, por meio de associações e cooperativas.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego foi criada em junho de 2003 com o objetivo de promover o fortalecimento da economia solidária, mediante políticas integradas.

A partir de 2004, o programa economia solidária começou a se desenvolver com 4 grandes objetivos:

- a) fazer com que os empreendimentos já existentes pudessem ter assessoria técnica (incubação, qualificação, orientação);
- b) abertura de canais de escoamento da produção através do apoio a feiras;
- c) construção de mecanismos de financiamento em parceria com o PNMO;
- d) reconhecimento institucional da economia solidária.

#### 2.1.1.3 Seguro desemprego.

Benefício integrante da seguridade social, o Seguro desemprego é um direito garantido ao trabalhador pelo art. 7º da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade é promover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, que tenha sido

dispensado sem justa causa. Destina-se também a auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, através de ações integradas de recolocação e qualificação profissional.

Apesar de estar previsto na Constituição de 1946, o seguro desemprego só foi instituído em 1986, através do Decreto Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986 e regulamentado pelo Decreto nº 92.608, de 30 de abril de 1986. Contudo, devido às dificuldades iniciais enfrentadas e a pouca cobertura proporcionada pelo mesmo, alterou-se a legislação, sendo aprovada a Lei nº 7.998 de 11/01/90, que tornou o mesmo mais acessível, bem como aumentou o valor dos benefícios.

Foi criado o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador–CODEFAT, órgão tripartite integrado por representantes de trabalhadores, empresários e governo, responsável pela gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador–FAT, que é formado pela arrecadação do PIS–PASEP e se destina ao custeio do programa de seguro-desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento do programa de desenvolvimento econômico implementado pelo BNDES (MATOS, 2011, p. 18-20).

Para ampliar o programa de seguro-desemprego, o governo federal, promoveu nova alteração por meio das Leis 8.352, Lei 8.438, Lei 8561, Lei nº 8.699 e Lei nº 8.845.

A Lei nº 9.900, de 1º de julho de 1994, estabeleceu novos critérios diferenciados para concessão dos benefícios. Foi estendido o prazo máximo de concessão do benefício para cinco meses, permitindo em caráter excepcional, através de deliberação do CODEFAT, o prolongamento do período máximo de concessão, em até dois meses, para grupos específicos de segurados.

As modalidades do benefício do seguro-desemprego são: Seguro-Desemprego Formal e Bolsa Qualificação, Empregado Doméstico, Pescador Artesanal, Trabalhador Resgatado.

Alterada pela Lei nº12513/2011, a Lei nº 7.998/1990, que rege o Programa Seguro-Desemprego teve acrescentado o artigo que associa o recebimento do benefício à matrícula e frequência em curso de qualificação, fornecido gratuitamente aos trabalhadores dispensados sem justa causa, requerentes do seguro desemprego.

Para aprimorar as políticas públicas de emprego e com o objetivo de que o trabalhador seja reinserido no mercado de trabalho o mais rápido possível, o Ministério do Trabalho e Emprego criou o PORTAL MTE–MAIS EMPREGO, que oferece mecanismos de interação entre a concessão do seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional. Com a introdução do Portal Mais Emprego e a integração com o

PRONATEC, os procedimentos operacionais de habilitação ao benefício estão sendo readequados.

A partir de então, no momento da habilitação ao seguro-desemprego:

a) Será verificada a existência de vagas de emprego, a fim de que o trabalhador possa ser encaminhado a participar do processo de seleção de novo emprego. Esse procedimento poderá ocorrer também posteriormente, quando o trabalhador já estiver recebendo seu benefício, momento em que poderá ser convocado a comparecer em uma unidade da rede do Ministério do trabalho e Emprego – MTE.

b) Caso não exista vagas de emprego para o trabalhador, será verificada a existência de Oferta de cursos no âmbito do PRONATEC, visando a sua qualificação profissional.

O Decreto Presidencial nº 7.721, de 16 de abril de 2012, estabeleceu prioridade aos trabalhadores que estão solicitando o benefício seguro desemprego a partir da terceira vez.

O programa do seguro-desemprego destaca-se como um das políticas sociais de maior abrangência no país com centenas de milhares de beneficiários.

#### 2.1.1.4 Abono salarial.

Criado pela Constituição de 1988, o abono salarial é o pagamento anual de um salário mínimo aos empregados que recebam de empregadores que contribuem para o PIS ou para o PASEP, até dois salários mínimos de remuneração mensal e que atendam os seguintes critérios: tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no ano-base, estejam cadastrados a pelo menos cinco anos no Fundo de Participação do PIS/PASEP.

#### 2.1.1.5 Qualificação profissional.

A Qualificação Social e Profissional deve permitir a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho e também deve contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Bases de uma nova política de Qualificação**. Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003- 2007 p. 24. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>>. Acesso em: 13/07/2012.

Decorrentes do modelo econômico adotado no País, a partir do início dos anos 90, a qualificação profissional ganhou novos significados e importância devido à introdução de novas tecnologias, novas técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva e ao crescimento do desemprego e de novas formas de trabalho. Outros fatores decisivos foram a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases–LDB, que reformou o ensino técnico-profissional.

A partir 1996, as ações de qualificação profissional passaram a ter maior representatividade quando o Ministério do Trabalho e Emprego, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT criou o PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional, com o objetivo geral de apresentar oferta de educação profissional suficiente para qualificar ou requalificar, anualmente, a partir de 1999, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa–PEA, como resultado de suas ações, articuladas ao conjunto de ações das agências de educação profissional já existentes no país.

O PLANFOR vigorou até 2003 quando, através da resolução do CODEFAT, nº 333, de 10 de julho de 2003, foi instituído o Plano Nacional de Qualificação Profissional-PNQ, quando se amplia o conceito de qualificação para qualificação social e profissional, sendo definida como aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho.

O PNQ é de responsabilidade do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, que introduz uma nova forma de execução.

Inicialmente foi implementado por meio de duas estratégias básicas:

a) os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs), em convênios com as Secretarias Estaduais de trabalho ou de Arranjos Institucionais Municipais;

b) Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs) de caráter nacional ou regional com instituições governamentais ou intragovernamentais.

Através da Resolução nº 408, de 28 de outubro de 2003, o PNQ teve sua atuação ampliada pelo CODEFAT, que institui o Plano Setorial de qualificação (PlanSeQs), revogada pela Resolução nº. 575 de 02 de maio de 2008 do CODEFAT e que consiste em projetos de qualificação social e profissional que não possam, por volume ou temporalidade, ser atendidos por Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs. Esse plano deve ser estruturado com base na concertação social, que envolve agentes governamentais e da sociedade civil,

---

dando particular atenção ao diálogo tripartite e à lógica do co-financiamento, segundo o porte e a capacidade econômica de cada parte envolvida. (MARINHO, 2010, p. 241).

Em 2008 a qualificação profissional, sofreu mudanças com a Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, que revogou as Resoluções nº 333 e nº 408 e introduziu mecanismos de integração das ações de qualificação profissional no âmbito do novo Plano Plurianual do Governo e sua articulação com outros ministérios e programas públicos como Bolsa Família, ações essas executadas no âmbito do PLANSEQS no caso da Construção Civil e do Turismo. (MARINHO, 2010, p. 242).

As bases do PNQ, desde a sua criação, tem sido de reforçar a política de emprego como um fator de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e de distribuição de renda, norteando-se por uma concepção de qualificação estendida como uma construção social e não apenas de aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como derivação das exigências dos postos de trabalho. (MARINHO, 2010, p. 242).

As ações de qualificação social e profissional de trabalhadores no âmbito do PNQ deverão atender a População Economicamente Ativa – PEA, acima de 16 anos, ou que adquira esta idade até a conclusão do curso.

Para cumprir sua efetividade social, as ações de qualificação social e profissional deverão ser direcionadas prioritariamente para os seguintes públicos: I - Trabalhadores sem ocupação cadastrada nas agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE e/ou beneficiários das demais políticas públicas de trabalho e renda, especialmente os beneficiários do Seguro-Desemprego; II - Trabalhadores rurais e da pesca; III - Pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada, trabalhadores de micro e pequenas empresas, empreendedor individual; IV - Trabalhadores domésticos; V - Trabalhadores em setores sujeitos à reestruturação produtiva, que trabalham em empresas afetadas por processo de modernização, e que, por isso, estejam sob risco de perder o emprego; VI - Trabalhadores referentes às políticas de inclusão social; VII - Trabalhadores em situação especial (detentos e egressos do sistema penitenciário, jovens submetidos a medidas sócio-educativas, trabalhadores libertados de regime de trabalhos degradantes, familiares de egressos do trabalho infantil; VIII - Trabalhadores para setores estratégicos da economia, ou em arranjos produtivos locais, do setor artístico e cultural e do artesanato; IX - Estagiários e trabalhadores inscritos em cursos de Elevação de Jovens e Adultos – EJA.<sup>4</sup>

O PNQ será executado por meio de três grupos de ações, subdivididas em oito modalidades:

---

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano nacional de qualificação**. Termo de referência. Disponível em: <<http://www.portal.mte.gov.br/datafiles>>. Acesso em: 22/10/2012.

a) – Grupo 1 – Ações de educação profissional, compreendendo formação inicial e continuada: M I. Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs; M II. Planos Setoriais de Qualificação – PlanSeQs; MIII. Plano Brasil Sem Miséria – Qualificação e Emprego; M IV. Qualificação à Distância – QAD; M V. Passaporte Qualificação.

Os Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs contemplam projetos e ações de QSP circunscritos a um determinado território, e devem estar articulados às demais ações do sistema público de emprego, principalmente a intermediação de mão de obra e a habilitação do seguro-desemprego, sendo essa articulação garantida ainda na fase de planejamento, cujos projetos básicos ou correspondentes devem ser avaliados pelo MTE.

Os PlanSeQs são projetos e ações de QSP de caráter estruturante, setorial ou emergencial que não possam ser atendidos por PlanTeQs, por isso, trata-se de um instrumento complementar e/ou associado aos PlanTeQs, orientado ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais, sociais ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais ou sociais, quando o atendimento não é possível através dos PlanTeQs.

Os PlanSeQs deverão obrigatoriamente estar articulados com outras políticas públicas de emprego pertinentes e são divididos em quatro submodalidades: formais – destinadas aos trabalhadores assalariados do setor produtivo; sociais - prioritariamente voltadas aos trabalhadores autônomos, de auto-emprego, empreendedores, inclusive da economia solidária, agricultores familiares, trabalhadores rurais, e grupos sociais organizados; emergenciais – relativos ao desemprego em massa causados por fatores ambientais, econômicos, tecnológicos e/ou sociais relevantes; emendas parlamentares – podem contemplar mais de um setor de atividade econômica.

Quanto à demanda, para um PlanSeQ ser implantado, é necessário que seja proposto ao DEQ/SPPE/MTE, para concertação e co-financiamento, por uma ou mais entidades demandantes.

O Plano Brasil Sem Miséria – Qualificação e Emprego consiste na oferta de oportunidade de qualificação aos beneficiários do Bolsa-Família e trabalhadores cadastrados no CAD-ÚNICO.

A Qualificação à Distância reúne ações de qualificação profissional através de programas disponibilizados na *internet*, incluindo materiais didáticos e a presença de monitores *on-line* ou presencial. Para o cumprimento da carga horária, poderão ser combinadas horas aula na *internet*, presencial, prática e de exercícios ou atividades no programa do curso que testem o conhecimento adquirido pelo educando.

O Passaporte Qualificação é uma ação disponibilizada aos trabalhadores que procuram os postos de intermediação de mão de obra, em busca de oportunidade de qualificação. Tem como foco promover ao trabalhador uma vaga em cursos disponíveis nas instituições da rede de educação profissional credenciada pelo MTE.

b) Grupo 2 – Diz respeito às ações: M VI. Ações de desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação, estudos e pesquisas (Projetos Especiais de Qualificação – ProEsQs): e M VII. Ferramentas de gestão e participação social. Esse grupo tem como objetivo desenvolver novos instrumentos de promoção da qualificação profissional, auxiliando, assim, as ações principais do PNQ.

Os ProEsQs cujas demandas devem ser avaliadas pelo MTE quanto à pertinência de desenvolvimento, contemplam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de gestão participativa, implementando em escala regional ou nacional, por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos de comprovada especialidade, competência técnica e capacidade de execução.

Os Projetos Especiais de Qualificação devem buscar: a) A concretização dos propósitos do PNQ, particularmente quanto ao atendimento das demandas das populações prioritárias; b) A potencialização das políticas públicas de qualificação social e profissional, em particular no que se refere à suas possibilidades de articulação e integração com as demais políticas de emprego e renda, com as políticas de educação e com as políticas de desenvolvimento; c) A identificação e desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional, de modo a favorecer uma melhoria contínua da qualidade pedagógica do PNQ; d) Abordagens inovadoras e formulação de soluções criativas para os problemas práticos da qualificação social e profissional; e) O desenvolvimento de experiências que favoreçam a democratização e ampliação do controle social sobre as Políticas Públicas de Qualificação; f) A elaboração de estudos e pesquisas sobre demanda e oferta de qualificação social e profissional de diferentes setores econômicos, desenvolvidos em forma de projeto-piloto ou em caráter experimental.<sup>5</sup>

Os contratos de Gestão (ou outro instrumento) são efetivados por demanda do DEQ/SPPE/MTE e voltados para a elaboração de ferramentas de gestão de utilização universal, tais como avaliação externa, metodologia de monitoramento e supervisão, divulgação, qualificação de gestores, formação de membros de comissões estaduais e municipais de emprego, sistema informatizado de acompanhamento e gestão, censo e atualização do cadastro de entidades, manutenção e atualização do acervo de qualificação, avaliação da demanda e oferta de educação profissional nos territórios, ações de apoio à

---

<sup>5</sup> Op. Cit. p. 23.



gestão e estudos prospectivos da demanda de trabalho e qualificação profissional, desenvolvimento de referenciais metodológicos, cujas ações são caracterizadas como de gestão serão desenvolvidas como subsídio ao PNQ.

c) Grupo 3 – é composto por M VIII. Ações de Certificação Profissional. Independente da modalidade de custeio, as transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para essas atividades são realizadas na rubrica custeio, sendo as atividades efetuadas através de contratos, convênios e outros instrumentos firmados conforme a legislação vigente, entre as conveniadas e o MTE, por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, atendendo orientações do CODEFAT.

A certificação profissional consiste no reconhecimento dos saberes, habilidades e práticas profissionais, desenvolvidas em processos formais ou informais de aprendizagem. Para a viabilização dessa ação, poderão ser celebrados convênios, contratos, acordos ou outros instrumentos com entidades públicas e privadas, estados, Distrito Federal, Municípios ou Órgãos da Administração Federal, de forma a contribuir para a maior inserção e a mobilidade dos trabalhadores no mundo do trabalho.

O quadro abaixo representa a porcentagem de recursos para as linhas de atuação do PNQ.

**QUADRO 1 - Porcentagem de recursos para as linhas de atuação do PNQ.**

<b>AÇÃO DO PNQ</b>	<b>PROPORÇÃO DOS RECURSOS</b>
PlanTeQs	No máximo 60% e no mínimo de 30%
PlanSeQs e Próximo Passo	No mínimo 20%
Passaporte Qualificação	No máximo 10%
ProEsQs, Gestão e Certificação	No máximo 7%
Qualificação à Distância – QAD	No máximo 3%

Fonte: BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - 2012

A aplicação de recursos dos PlanTeQs estaduais para os municípios será definida, a cada ano, previamente à elaboração do plano, pelas Comissões/Conselhos Estaduais de Trabalho/Emprego, de comum acordo com as Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho/Emprego, baseado nos mesmos critérios utilizados para a distribuição entre estados e Distrito Federal utilizados pelo CODEFAT - adaptados naquilo que for pertinente à realidade socioeconômica e às cadeias produtivas do território.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Op. Cit. p. 23.

## 2.2 Contexto econômico e social do emprego e renda de 2010 a 2012.

O Produto Interno Bruto - PIB representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, quer sejam: países, estados ou cidades, durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc.). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região.

O PIB teve um crescimento expressivo de 7,5% em 2010, tendo uma desaceleração em 2011, ficando em 2,7% e, em 2012, desacelerando ainda mais. Até junho de 2012 o PIB brasileiro cresceu apenas 1,2%.

Podemos citar como principais fatores para o fraco crescimento do PIB em 2012: a crise econômica na Europa; a queda no endividamento interno provocado principalmente pelo endividamento das famílias; aumento das importações devido ao clima que prejudicou o setor agropecuário.<sup>7</sup>

Verificamos que a taxa de desemprego também vem caindo nos últimos 2 anos (2010-2012). A taxa de desemprego ou de desocupação no Brasil é determinada mensalmente pela Pesquisa Mensal do Emprego, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cujos números da pesquisa são determinados a partir de estudos feitos a cada mês com a População Economicamente Ativa - PEA das seis maiores regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

De acordo com dados do IBGE, o Brasil encerrou 2010 com a menor taxa de desemprego em oito anos, o índice anual de desemprego ficou em 6,7%, nos anos seguintes esta taxa continuou caindo, ficando em 2011 em 6,0% e, em 2012 a média dos oito últimos meses ficou em 5,73.

A RAIS - Relação Anual de Informações Sociais – é um Registro Administrativo criado pelo Decreto nº 76.900/75, com declaração anual e obrigatória a todos os estabelecimentos existentes no território nacional; As informações captadas sobre o mercado de trabalho formal referem-se aos empregados Celetistas, Estatutários, Avulsos, Temporários, dentre outros, segundo remuneração, grau de instrução, ocupação, nacionalidade. Os dados dos estabelecimentos são relativos à atividade econômica, área geográfica, etc.;

---

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Rais**. Disponível em: <<http://www.portal.mte.gov.br/datafiles/.../rais%202011%20brasil.pdf>> Acesso em: 22/10/2012.

Segundo dados da RAIS, os resultados obtidos no mercado de trabalho em 2010 podem ser considerados bastante favoráveis, foram gerados 2,861 milhões de emprego com crescimento de 6,94%, sendo a melhor série histórica desde 1985.

Beneficiados pelo fortalecimento da demanda interna, proporcionado pela elevação real da massa salarial, expansão do crédito do sistema financeiro com recursos livres para pessoas físicas e aumento dos investimentos, em 2010, quase todos os setores expandiram o emprego.

Os setores que mais contribuíram para a geração de emprego formal foram:

- a) Serviços: mais 1.109,6 mil empregos;
- b) Comércio: mais 689,3 mil empregos;
- c) Indústria de Transformação: mais 524,6 mil empregos, que apresentou uma reação em relação à modesta geração de empregos registrada no ano de 2009 (mais 50,2 mil postos), devido à influência da crise financeira internacional;
- d) Construção Civil: mais 376,6 mil empregos. Esse excelente desempenho deu continuidade ao dinamismo observado nos últimos anos, decorrente de ações de estímulo ao setor, implementadas pelo governo.

Em termos relativos, os setores mais dinâmicos foram:

- a) Construção Civil: 17,66%;
- b) Comércio: 8,96%;
- c) Serviços: 8,38%;
- d) Indústria de Transformação: 7,13%,4;
- e) Agricultura (-18,1 mil postos ou -1,26%) foi o único setor que o registro apresentou resultado negativo.

Em 2011 foram gerados 2,242 milhões de postos de trabalho com crescimento de 5,09%. A análise setorial da Rais mostra que todos os setores expandiram o nível de emprego formal em 2011, comportamento este proporcionado, em grande parte, pelo fortalecimento da demanda interna. O setor de serviços foi o que mais cresceu, com o incremento de 1.027,4 mil postos de trabalho - 7,16%, seguido do comércio com o aumento de 460,4 mil empregos ou 5,49 %, a construção civil, com a criação de 241,3 mil empregos ou + 9,62%, a maior taxa de crescimento do período, a indústria da transformação, com acréscimo de 228,1 mil empregos ou + 2,89%, neste setor houve redução do ritmo de crescimento comparado com o resultado do ano anterior de 7,13%, a Administração Pública, apresentou um desempenho menos favorável com a geração de 180,2 mil postos ou +2,02%, resultado justificado pela perda do dinamismo mais moderado dos vínculos estatutários e a agricultura com mais 74,2 mil

empregos, ou 5,26% este crescimento está relacionado ao aumento de várias culturas, influenciada pelas condições climáticas favoráveis.

Na avaliação do economista do Dieese, “2011 foi um ano bom” porque, mesmo com a economia crescendo num ritmo mais lento, a taxa de desemprego teve um desempenho mais favorável que em 2010.

Outro indicador importante e fornecido pelo CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, criado pelo Governo Federal, através da Lei nº 4.923/65, instituindo o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais.

Tomando como referência os dados do CAGED, continua em trajetória de crescimento, mesmo com o pouco dinamismo registrado em agosto. No acumulado do ano, os dados demonstram que houve uma expansão de 3,64% no nível de emprego, equivalente ao acréscimo de 1.378.803 postos de trabalho. Nos últimos 12 meses, o aumento foi de 1.457.412 postos de trabalho, correspondendo à elevação de 3,85%.

Os dados, segundo recorte setorial, mostram que quase todos os setores expandiram o nível de emprego em agosto. O resultado positivo do mês foi impulsionado principalmente pelo setor de Serviços, que contribuiu com 54.323 novas contratações, alta de 0,34%. Por outro lado, o comércio gerou 31.347 vagas, crescimento de 0,37%; a Indústria da Transformação criou 16.438 postos, expansão de 0,20%; e Construção Civil, 11.278 postos e expansão de 0,37%. Em termos relativos, destaque para os Serviços Industriais de Utilidade Pública - SIUP, com alta de 0,57%, e 2.205 postos de trabalho. A Agricultura, por sua vez, foi o único setor que registrou queda no emprego, com perda de 16.615 postos (-0,97%), devido a fatores sazonais.

### **2.3 Exemplos de qualificações realizadas em municípios brasileiros.**

Neste tópico serão abordados alguns programas de qualificação profissional realizados nos municípios brasileiros: Projovem, Projeto Usina do Trabalho; PlanSeQ Copa do Mundo; PlanSeQ Turismo Alagoas; PlanSeQ - Próximo Passo; CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional; CEAS-Centro de Estudos e Ação Social e o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

### 2.3.1 Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos – Projovem.

É um programa que tem por objetivo oferecer a inclusão social através da oportunidade educacional de conclusão do Ensino Básico aliado à Participação e a Qualificação Profissional. Destinado aos jovens de 18 a 29 anos.

O Projovem Urbano surgiu a partir de uma Política de Juventude para a inclusão de jovens à margem da sociedade por vários motivos, dentre os quais a exclusão do mercado de trabalho e da vida escolar. O Projeto iniciou em 2005, em caráter experimental até 2008, incluindo jovens de 18 a 24 anos, ofertando educação básica, qualificação profissional, participação e ação comunitária.

A partir de então, o Projovem foi subdividido em modalidades, sendo uma delas o Projovem Urbano, conforme expresso na Lei nº 11.692/2008 que, em seu art. 2º, Inciso I, caracteriza sua aplicação nos Municípios, Estados e Distrito Federal, em zonas urbanas, com modificações como: ampliação da idade do público-alvo, jovens de 18 a 29 anos que saibam no mínimo ler e escrever e não tenham concluído o Ensino Fundamental.

Os alunos inscritos no Projovem recebem um auxílio de custo para a educação no valor de R\$ 100,00 mensais, condicionado ao cumprimento de 75% de frequência e 75% das atividades obrigatórias do Programa.

O Projovem Urbano busca uma dimensão integrada com a proposta de Formação Técnica Geral – FTG, nos Arcos Ocupacionais – AOS e no Projeto de Orientação Profissional – POP. Igualmente à estruturação do Projovem Urbano, na Qualificação Profissional tem os também uma tríade: Formação Básica, Qualificação Profissional e Participação Cidadã.

Das três dimensões do Projovem, a Qualificação Profissional é a que tem maior apelo. A qualificação profissional é um direito, uma necessidade objetiva do jovem e de todos os trabalhadores.

Até outubro de 2007<sup>8</sup>, o Projovem Original atendeu a 202.193 jovens e encontrava-se distribuído em 56 municípios brasileiros, incluindo as 27 capitais dos estados e do Distrito Federal e, ainda, 29 cidades de algumas regiões metropolitanas dessas capitais.

Esses números significativos justificam a política pública de inclusão: recuperar a possibilidade de retornar aos estudos e abrir chances de ingresso no mercado de trabalho.

O mundo do trabalho, conforme Zamberlan *et al*, p. 77, é o mundo das técnicas e atitudes profissionais, de códigos e linguagens próprias, mas também o mundo dos direitos e

---

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Relatório de Informações Gerais da CN/CAEd de outubro de 2007.** Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/formação>>. Acesso em: 12/10/2012.

deveres, das responsabilidades, do saber técnico e dos direitos trabalhistas; é o mundo do trabalhador que tem tempo para conviver com sua família e educar seus filhos como cidadãos; do cidadão que tem responsabilidades e participa dos problemas político-sociais; o mundo do engenho e arte, da dignidade e respeito humano; o mundo do trabalho é esse amplo espaço de múltiplas atividades, sejam elas formais ou informais, onde o ser humano busca meios para viver e realizar-se; não é um mundo isolado das outras dimensões da sociedade; ao contrário, é seu próprio centro dinâmico.

### 2.3.2 Projeto Usina do Trabalho.

É uma política estadual de qualificação profissional do Estado de Minas Gerais e tem como objetivo promover cursos de qualificação social e profissional e de capacitação profissional, para potencializar a inclusão social e produtiva da população mineira. Os cursos são determinados por meio da identificação da necessidade de mão-de-obra qualificada em empreendimentos formais e auto-gestionados, de acordo a vocação produtiva local, potencializando as oportunidades reais de geração de renda. Por estar focalizada na inserção do trabalhador, essa política deve estar alinhada à política de intermediação.

Esse Projeto começou a ser executado a partir de 2008 tendo como base o projeto estruturador Travessia, objetivando promover o desenvolvimento dos municípios de menor IDH do Estado de Minas Gerais. Os cursos oferecidos são orientados para indivíduos desempregados e sujeitos à condição de vulnerabilidade social. Assim, o projeto se destaca dentre os demais desenvolvidos nacionalmente, por desenvolver a política de qualificação não como um fim em si mesma, mas como um meio real de geração de renda ao trabalhador e devem suprir a carência de trabalhadores qualificados e são ofertados sem nenhum custo. A única contrapartida exigida da empresa é a absorção de trabalhadores qualificados.

O Projeto privilegia nas parcerias as empresas que apresentam um melhor resultado em termos da absorção de trabalhadores.

### 2.3.3 PlanSeQ Copa do Mundo.

É um programa de qualificação social e profissional especial para os profissionais brasileiros que irão trabalhar na Copa do Mundo em 2014 e, será executado nas 12 cidades sedes do mundial de futebol, e as cidades localizadas do entorno das sedes também serão beneficiadas.

Deverão ser qualificados cerca de 150 mil trabalhadores até 2014, com recursos provenientes do FAT. Serão disponibilizados 25 cursos em áreas como: bilheteiro de metrô e de trem, cobrador de ônibus, frentista, motorista de ambulância, de ônibus urbano e de táxi, camareiro, cozinheiro, garçom, guia de turismo, manobrista, mensageiro, telefonista, recepcionista, artesão, vendedor ambulante, baiana de acarajé, empreendedor individual, entre outros.

#### 2.3.4 PlanSeQ Turismo Alagoas.

Visa à qualificação social e profissional de trabalhadores iniciantes no mercado de trabalho e desempregados em setores correlatos às atividades do turismo, oportunizando novos horizontes no mercado de trabalho. Formação de trabalhadores para inserção no seguimento de turismo, através da realização de cursos presenciais focalizados na geração de emprego e renda, como: agente de viagem, camareira em meios de hospedagem, operador de turismo rural, monitor de recreação, organizador de eventos, recepcionista (em geral), recepcionista em meios de hospedagem, mensageiro, atendente de lanchonete, auxiliar de cozinha, barman, garçom, merendeira, padeiro confeitiro, pizzaiolo, agente de limpeza, condutor de turismo de aventura e condutor histórico cultural. Público alvo: pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho, que atendam à População Economicamente Ativa-PEA, acima de 16 anos.

#### 2.3.5 PlanSeQ - Próximo Passo.

Criado em 2008, é um programa de qualificação profissional para os beneficiários do Programa Bolsa Família, realizado pelo Governo Federal por meio dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Trabalho e Emprego e do Turismo, em conjunto com os governos estaduais e municipais, empresários e trabalhadores, com cursos nas áreas de: Construção Civil, Turismo.

O primeiro contato com as famílias é feito por meio de uma carta enviada pelo governo federal, convidando para que os beneficiários se inscrevam nos postos do SINE. Em todo o processo de construção do programa Próximo Passo, o Governo Federal estabeleceu parceria com o empresariado da construção civil e do turismo.

A escolha do governo Federal pelo setor da construção civil no Programa Próximo Passo integra a ação de ampliação e reconstrução da infra-estrutura do País, o PAC –

Programa de Aceleração do Crescimento e, o programa Minha Casa, Minha Vida de construção habitacional, com as políticas sociais e prepara os beneficiários do Bolsa Família para também aproveitarem as oportunidades de emprego associados ao esforço de investimento em curso.

### 2.3.6 CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional.

Este projeto analisou o método educativo que o Movimento dos Trabalhadores Desempregados-MTD vem desenvolvendo junto aos trabalhadores que participam em grupos de geração de trabalho e renda nas comunidades urbanas, refletindo sobre a relação entre educação, trabalho, comunidade e movimento social. O MTD tem investido na criação dessas comunidades urbanas, estimulando aos trabalhadores desempregados para morar em territórios rurais próximos ao espaço urbano, combinando trabalhos na terra com trabalhos tradicionalmente urbanos, numa perspectiva coletiva de produção, comercialização e distribuição dos frutos do trabalho.

### 2.3.7 CEAS – Centro de Estudos e Ação Social.

Projeto orientado pelas seguintes diretrizes: entendimento sob perspectiva dos trabalhadores da questão regional, democratização do Estado e da organização autônoma dos trabalhadores; produção de conhecimento; articulação da produção de conhecimento com a ação e organização sindical; qualificação da formação sindical.

Foram desenvolvidas atividades de estudo sobre o conceito de desenvolvimento; de estudo sobre a formação econômico-social da região nordeste; de pesquisa sob a forma de estudos de caso com ênfase nas mudanças no mundo do trabalho, sob a responsabilidade do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), com participação da FADURPE – Fundação Apolônio Sales da Universidade Federal Rural de Pernambuco e o DIEESE, além da Escola Nordeste da CUT.

### 2.3.8 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Criado pelo Governo Federal, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.



O PRONATEC beneficia estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos; Trabalhadores; Beneficiários dos programas federais de transferências de Renda e tem como objetivos:

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Melhorar a qualidade do ensino médio.

Dentre as ações do PRONATEC, destacam-se:

- A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- O fomento às redes estaduais de EPT por intermédio do Brasil Profissionalizado;
- A criação da Bolsa-Formação;
- A criação do FIES Técnico;
- A consolidação da Rede E-Tec Brasil.

#### **2.4 Fatores de fracasso na implantação e gestão de qualificações feitas pelo Sistema Público de Emprego.**

No discurso dos empresários, trabalhadores, poder público, verifica-se a importância da qualificação profissional para atender as demandas do mercado de trabalho de trabalho, porém, é necessário que exista clareza do que é necessário fazer para que a qualificação profissional oferecida aos trabalhadores pelo Sistema Público de Emprego seja de boa qualidade e auxilie os trabalhadores a encontrarem ou manterem o emprego.

As demandas dos cursos de qualificação devem ser apresentadas pelas Agências e pelos Conselhos Municipais do Trabalho, devendo haver maior treinamento para os funcionários Agências e conselheiros, para que tenham subsídios e possam analisar a realidade e identificar as demandas.

Os Conselhos Municipais são importantíssimos, mas apresentam problemas. Apesar de a legislação impor a paridade entre os representantes do Estado e da sociedade, como forma de garantir o equilíbrio das decisões, na prática o Estado mantém a centralidade e o protagonismo na definição das políticas e das prioridades sociais. A falta de equilíbrio e o despreparo dos conselheiros e representantes da sociedade e o descaso do Estado em relação aos Conselhos, destacando para representá-lo nas reuniões pessoas despreparadas e/ou com baixo poder de decisão. (BRASIL, MTE, 2003).

As críticas apresentadas pelo Ministério do Trabalho ao PLANFOR, apesar dos avanços, continuam ainda presentes no atual Plano Nacional de Qualificação.

As principais críticas ao PLANFOR, por parte do governo, são de que haveria importantes lacunas, incoerências e limitações, tais como: a) pouca integração entre a Política Pública de Qualificação Profissional e as demais Políticas Públicas de Trabalho e Renda; desarticulação com relação às Políticas Públicas de Educação; b) baixa participação da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das políticas Públicas de Qualificação; c) baixo grau de institucionalidade da rede de nacional de qualificação profissional; d) ênfase do PLANFOR nos cursos de curta duração voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas” comprometendo com isso uma ação educativa de caráter mais integral; e) fragilidades e deficiências no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação; f) a pouca integração entre a Política Pública de Qualificação Profissional e as demais Políticas de Trabalho e Renda, apesar de já ter havido iniciativas de integração com a implantação do Portal Mais Emprego e com o PRONATEC Seguro desemprego os resultados ainda são muito incipientes. g) Desarticulação com as Políticas de Emprego e Educação. (BRASIL, MTE, 2003, p. 19).

De acordo com Franzoi, (2003, p. 197), "a qualificação profissional, isoladamente, não garante ocupação. Para muitos daqueles que não têm formação anterior ou experiência na área, os cursos do Planfor voltados para ocupações específicas, em geral curtos, significaram muito pouco, mais um curso, na tentativa frustrada de obter trabalho".

Baixa participação da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das Políticas Públicas de Qualificação. A Constituição de 1988 assegurou que as classes sociais participassem do processo de elaboração e controle das políticas públicas, porém a participação ainda é pequena. Cabe ao poder público além de abrir espaço para a sociedade participar e, não apenas estar presente, no planejamento, fiscalização e gestão das políticas e também proporcionar subsídios para que a sociedade possa participar com conhecimento.

Falta de acompanhamento e avaliação em todas as etapas dos cursos, avaliação, colocação no mercado de trabalho. Sem um sistemático processo de supervisão e monitoramento a qualidade dos cursos fica a mercê das entidades executoras, o que favorece as fraudes.

Nos estados de Goiás e Pernambuco foram descritas como principais dificuldades enfrentadas com o PlanSeQ a demora na liberação dos recursos depois de firmado o convênio o que resultou na perda, ou na diminuição da demanda que era emergencial. As empresas devido à demora na execução da qualificação acabavam procurando outros meios para suprir a demanda. Os técnicos da Secretaria Estadual do Trabalho em Goiás e Pernambuco destacam que o prazo que decorre entre a apresentação das demandas e a qualificação dos profissionais é muito longo, além disso, há atraso no repasse de recursos, assim, muitas vezes quando as ações de qualificação chegam a ser executadas, as vagas que foram apresentadas na demanda do plano já foram preenchidas.

No estado do Paraná as dificuldades enfrentadas com o PlanTeQ, levaram o Presidente do Conselho Estadual do Trabalho a baixar a Resolução *ad referendum* nº 314/2012, na qual constam as seguintes considerações: as ações de qualificação do PlanTeQ envolvem muitos detalhes com variados atores e municípios, os municípios e as ações planejadas nem sempre coincidem com as executadas. A equipe da DQP executa a política pública de qualificação focada aos trabalhadores com maiores dificuldades de ingresso e permanência no mundo do trabalho. A dificuldade de formação de turmas, ocasionada por variadas ofertas de qualificação profissional (PRONATEC, SENAC, SENAT, SENAR e SENAI). Necessidade de o trabalhador fazer parte de determinado público prioritário. Nove municípios

Deixaram de encaminhar a demanda por qualificação em 2011, trinta e um dos municípios que constavam do planejamento inicial não tiveram cotação de suas ações e onze municípios não encaminharam a demanda. Em 4 municípios e 8 turmas não houve público para a realização das ações. E, finalmente, para atender a meta pactuada, foi necessário aumentar o número de trabalhadores a serem qualificados em cada uma das turmas.

Tendo em vista todas essas constatações, através do Artigo 1º da Resolução nº 314/2012, foram excluídos os municípios relacionados que constavam do planejamento inicial e não encaminharam demanda: Antonina, Colorado, Conselheiro Mairynk, Mandaguaçu, Palmeira, Piraí do Sul, Querência do Norte, São Jorge do Ivaí, Sengés, Telêmaco Borba e Vera Cruz do Oeste.<sup>9</sup>

O art. 5º da mesma Resolução aprovou novo planejamento do PlanTeq/PR 2011.

---

<sup>9</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. Conselho Estadual do Trabalho. **Resolução *ad referendum* nº 314/2012.**

### 3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da presente monografia foram adotados os seguintes métodos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, observação direta, métodos qualitativo e quantitativo, estudo de caso e análise ou explicação.

#### 3.1 Procedimentos Metodológicos.

A pesquisa bibliográfica foi um dos métodos adotados para o desenvolvimento deste trabalho. Foram consultadas diversas literaturas referentes ao assunto, livros, artigos publicados na internet, artigos publicados em revistas e jornais.

Segundo Marconi e Lakatos (1992, p. 43-44), “a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica”.

A observação direta *in loco*, foi usada como uma das fontes para cruzamento das informações provenientes da pesquisa bibliográfica com o que existe de concreto em nosso município.

De acordo com Marconi & Lakatos (2003, p. 190), “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social”.

Também utilizamos o método quantitativo e qualitativo, pois o propósito da pesquisa é investigar a opinião dos alunos sobre os cursos de qualificação profissional e organizar os dados através de instrumentos estatísticos, bem como analisar as informações e seu contexto.

O método quantitativo é caracterizado pelo emprego da quantificação nas modalidades de coleta de informações e tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. O

método quantitativo representa a intenção de garantir a precisão dos resultados, com o objetivo de evitar distorções de análise de interpretações. O método qualitativo se justifica por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno.<sup>10</sup>

Quanto aos procedimentos adotados na coleta de dados, será utilizada, inicialmente a pesquisa bibliográfica, seguida da aplicação de um questionário de múltipla-escolha, abordando aspectos como o perfil dos alunos, avaliação do programa pelos alunos, obtenção de emprego e benefícios conseguidos com o curso.

O questionário será aplicado a uma amostra dos participantes dos cursos ofertados no período de 2010, 2011 e 2012 pela Agência do Trabalhador de T. Borba.

O estudo de caso refere-se especificamente aos egressos dos cursos de qualificação oferecidos pela Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba - PR.

O caso é uma unidade de análise, que pode ser um indivíduo, o papel desempenhado por um indivíduo ou uma organização, um pequeno grupo, uma comunidade ou até mesmo uma nação. Todos esses tipos de caso são unidades sociais. Entretanto casos também podem ser definidos temporariamente (eventos que ocorreram num dado período), ou espacialmente (o estudo de um fenômeno que ocorre num dado local). Portanto, um caso pode ser um fenômeno simples ou complexo, mas para ser considerado caso ele precisa ser específico. (STAKE, In DENZIN e LINCOLN, 2001, p. 436).

"Análise (ou explicação) é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser "estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-feito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc". (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 167).

### **3.2 Desenvolvimento da monografia.**

O presente estudo compõe-se de seis capítulos, sendo: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Levantamento e Análise dos Resultados, Considerações Finais e as Referências.

O primeiro capítulo deste trabalho é a introdução, apresentando sucintamente o assunto a ser tratado no trabalho, seguido do levantamento dos objetivos gerais e específicos, justificativa da escolha do tema.

---

<sup>10</sup> SILVA, M. C. da. **Métodos e pesquisa**. Disponível em: <<http://www.monografias.brasilecola.com/regras-abnt/metodos-pesquisa.htm>>. Acesso em: 07/10/2012.

No segundo capítulo iniciamos o referencial teórico com a busca de informações referentes ao tema proposto, cujas palavras chaves são:

- Políticas Públicas de Emprego, Renda e Qualificação no Brasil;
- Contexto econômico e social do Emprego em 2011 e 2012;
- Exemplos de qualificações realizadas pelo SINE, em municípios brasileiros;
- Fatores de fracasso, na implantação e gestão de qualificação feita pelo SINE.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada para a realização da presente monografia.

O quarto capítulo refere-se ao Levantamento de Dados e Análise de Resultados sobre os cursos de qualificação oferecidos pela Agência do Trabalhador.

No quinto capítulo são apresentadas as Considerações Finais, assim como propostas para trabalhos futuros.

O sexto e último capítulo apresenta o Referencial Bibliográfico que serviu de base para a realização deste trabalho.

## **4 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.**

Neste capítulo são abordados os aspectos descritivos sobre o município de Telêmaco Borba – Pr., as ações do Sistema Nacional de Emprego e do Conselho Municipal do Trabalho, com enfoque na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba – Pr., o Conselho Municipal do Trabalho, o Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho de Telêmaco Borba - Pr., Relatório de Síntese referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012, Diagnóstico dos cursos ofertados em 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012.

### **4.1 Tipificação do município de Telêmaco Borba – PR.**

O município de Telêmaco Borba está localizado na região dos Campos Gerais, no Paraná, e a população estimada, segundo dados do IBGE/2011, é de 70.535 habitantes<sup>11</sup>, e grau de urbanização de 97.95%.

A economia gira em torno da forte produção madeireira. Ao seu redor, consta uma floresta de grande porte destinada à produção de papel e madeira, que fazem de Telêmaco Borba o 6º maior pólo industrial do Paraná, contendo inclusive um Parque Industrial com mais de 80 empresas, gerando aproximadamente 2.500 empregos diretos, nos segmentos de: metalúrgica, reciclagem, medicamentos genéricos, molduras, móveis, tubetes de papel, aproveitamento de celulose, alimentos, cola para papel, *pallets*, substrato de casca de madeira, produtos de concreto, forros, assoalhos, vigas coladas, cabos, e indústrias de reaproveitamento de resíduos de madeira.

O parque industrial coloca a município como centro de referência nacional do setor madeireiro. As empresas dispõem de madeira certificada dentro dos princípios e critérios do FSC - *Forest Stewardship Council* - que atestam sua origem de florestas bem manejadas.

A grande parte da produção do município é exportada para os Estados Unidos, Canadá e países da Europa e também da Ásia.

Com relação à educação, o município conta com escolas da rede municipal, estadual e particular de ensino infantil, fundamental e médio, como também as instituições de ensino

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa Populacional 2011**. (IBGE). 01 de julho de 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/estimativa2011/pop2011\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/estimativa2011/pop2011_DOU.pdf)>. Acesso em 30/10/2012.

técnico, profissionalizantes e superior: CEMEP - Centro Municipal de Ensino Profissionalizante; AEF - Associação Educacional "Fanuel" - Guarda Mirim de Telêmaco Borba - PR (Aprendizagem profissional - Oportuniza o primeiro emprego); SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Centro Técnico de Celulose e Papel; Universidade Anhanguera-Uniderp - campus universitário de Telêmaco Borba; FATEB- Faculdade de Telêmaco Borba- campus universitário Carlos Hugo Wolff Von Graffen; UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa- campus universitário de Telêmaco Borba; IFPR-TB – Instituto Federal do Paraná - campus de Telêmaco Borba;

De acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, o número de matrículas em escolas do município em 2011:

- a) creches – 984 alunos;
- b) pré-escola – 1.781 alunos;
- c) Ensino Fundamental – 11.129 alunos;
- d) Ensino Médio – 3.458 alunos;
- e) Ensino Superior – 804 alunos.

#### **4.2 Ações da Agência do Trabalhador e Conselho Municipal do Trabalho.**

Serão descritas as ações da Agência do Trabalhador, do Conselho Municipal do Trabalho e do Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho de Telêmaco Borba – PR.

##### **4.2.1 Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba - PR.**

Na década de 1990, a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, através da Secretaria Municipal do Trabalho, Indústria e Comércio, tinha como objetivo a expansão industrial e consequentemente, a geração de emprego e renda para o município de Telêmaco Borba. No entanto, para que isso se concretizasse era necessário a idealização de um banco de dados para armazenamento das informações cadastrais dos trabalhadores em busca de novas oportunidades ou em busca do primeiro emprego.

O Prefeito Municipal encaminhou ao Secretário Municipal do Trabalho, Indústria e Comércio, uma correspondência recebida do Coordenador do Sistema Nacional de Emprego – SINE, onde propunha um convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, para instalação da Agência SINE em Telêmaco Borba.



O Secretário Municipal do Trabalho, Indústria e Comércio apresentou parecer favorável, pois a proposta vinha de encontro com seus objetivos. Nessa ocasião foram encaminhados dois servidores da Prefeitura para receberem treinamento necessário para desenvolverem o Programa de Intermediação de Mão de Obra na Agência SINE, que foi inaugurada em janeiro de 1994.

Com o passar do tempo, a Agência foi sendo estruturada e passou a se chamar SEMPRE – Sistema Público de Emprego que, com a ampliação, passou a desenvolver diversos programas:

- Intermediação de mão de obra – com o objetivo de aproximar os interesses do trabalhador e do empresário, facilitando a colocação no mercado de trabalho;
- Programa de Qualificação Profissional – visa promover a qualificação profissional dos trabalhadores para adequá-la às exigências do mercado de trabalho, através de cursos pagos com recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador e da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba – PR, sem custos para o trabalhador;
- Programa Seguro-Desemprego – recepciona as folhas do Seguro-Desemprego que é um benefício concedido temporariamente ao trabalhador, em caso de desemprego involuntário;
- Programa Banco Social – é um programa de microcrédito do Estado do Paraná, para atender pequenos empreendedores, formais ou informais, que necessitam de financiamento para aumentar a produção e gerar novos empregos;
- Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Atualmente a Agência do Trabalhador está vinculada, em âmbito municipal à Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria Convencional, e em âmbito Estadual à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária.

#### 4.2.2 Conselho Municipal do Trabalho.

O Conselho Municipal do Trabalho é um órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, de composição tripartite e paritária de trabalhadores, empregadores e poder público. É um espaço essencialmente político de participação da sociedade organizada, no estabelecimento de diretrizes e prioridades para implementação de políticas de emprego e relações de trabalho no âmbito municipal.

A instituição dos Conselhos tem quatro justificativas principais:

- a) O direito de cidadania, assegurado na Convenção 88/1948 da OIT e na Constituição Federal de 1988 (art. 10);
- b) O conhecimento da realidade;
- c) Recomendação do CODEFAT – Resolução n. 63/1994, alterada pelas resoluções n. 80/1995 e n. 114/1996;
- d) Diretriz da SERT.

A composição tripartite é ideal pois, coloca na mesma mesa de negociação os atores sociais envolvidos na disputa pelos meios de sobrevivência: trabalhadores, empregadores e poder público, para estudar, debater e negociar soluções viáveis, de interesse comum, no campo do trabalho, sem perder a identidade classista. Trabalhadores e empregadores defendem os interesses da classe e o poder público é o órgão viabilizador desses interesses.

O Conselho é composto de forma paritária, onde cada um dos segmentos participa com igual número de representantes e igual número de votos.

Tem caráter permanente, pois sua missão não pode ser interrompida com as naturais alternâncias de poder, tanto no âmbito do poder público, como das entidades sindicais de trabalhadores e empregadores.

O caráter deliberativo é uma característica fundamental, é através dele que são tomadas decisões sobre as questões abordadas.

A sua função é ativa, pois cabe ao Conselho tomar iniciativas necessárias ao desencadeamento da Política Pública do Trabalho.

As atribuições do Conselho Municipal do Trabalho são abrangentes no âmbito do trabalho: construção e condução da política pública do emprego e relações do trabalho; a questão da geração de emprego e renda; formação profissional; do seguro desemprego; da saúde e segurança no trabalho; da exploração do trabalho infantil; regularização das relações de trabalho; mediação em negócios trabalhistas; o trabalho rural volante, etc.

Tem função essencialmente política enquanto instrumento de participação da sociedade organizada na partilha do poder de decidir, defender os interesses classistas e negociar caminhos viáveis que atendam os vários segmentos sociais. É um espaço privilegiado do exercício da cidadania.

Quanto à execução das ações no sentido operacional, burocrático, é responsabilidade dos órgãos operacionais (Agências do Trabalhador, Postos ou Agentes Operacionais Municipais, Secretarias Municipais) relacionados com as questões do trabalho e as entidades parceiras no desenvolvimento dos programas.

O desempenho do papel político e abrangente do Conselho Municipal do Trabalho é feito em sintonia com as orientações dos Conselhos Regionais e/ou Estadual do Trabalho e do CODEFAT, sofrendo adaptações conforme a realidade de cada município.

#### 4.2.3 Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho de Telêmaco Borba – PR.

O Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho de Telêmaco Borba – PR, foi instituído através do Decreto Municipal nº 6419, de 29/12/1995, em conformidade com a Resolução nº 80/1995 do CODEFAT, em sintonia com o art. 2º, XII do Decreto Estadual nº 4268/1994 e os art. 28 a 34 do Regimento Interno do Conselho Estadual do Trabalho.

Conforme art. 1º do Decreto nº 6419, o Conselho Municipal foi instituído no âmbito da Secretaria Municipal do Trabalho, Indústria e Comércio, responsável pela política pública municipal de emprego e relações do Trabalho, tem caráter permanente e deliberativo, a finalidade de estabelecer diretrizes e prioridades para as políticas de emprego e relações do trabalho no Município de Telêmaco Borba – PR.

O Artigo 2º do Decreto nº 6419, elenca as atribuições do Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho, que são as mesmas constantes do Regimento Interno.

De acordo com o art. 3º, o Conselho é composto de forma tripartite e paritária, por 4 (quatro) representantes indicados pelo Poder Público; 4 (quatro) representantes indicados pelas entidades de trabalhadores e 4 (quatro) representantes indicados pelas entidades patronais, os quais indicarão um membro titular e um suplente, podendo propor, a qualquer tempo, a substituição dos respectivos representantes. Durante as reuniões, as instituições, inclusive financeiras, que interagem com o Conselho, poderão participar, se convidadas, sendo-lhes facultado manifestar-se sobre os assuntos abordados, sem direito a voto.

Os membros, titulares ou suplentes, não recebem qualquer tipo de pagamento, remuneração, vantagens ou benefícios, pela atividade exercida no Conselho.

A presidência do Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho será exercida em sistema de rodízio, com um mandato de 12 (doze) meses, vedada a recondução para o período consecutivo. O Presidente indicará e nomeará “*ad-referendum*” dos demais membros, um Secretário Executivo.

#### 4.2.3.1 Ações do Conselho Municipal do Emprego e Relações do Trabalho de Telêmaco Borba – PR, em 2011.

Conforme constam nas atas de reuniões do Conselho, durante o ano de 2011, foram realizadas ações, das quais destacamos: solicitação de audiência com o Secretário de Estado do Trabalho, para exposição da questão de qualificação de mão de obra em Telêmaco Borba e da planilha solicitando cursos enviada pelo Conselho no ano de 2010; solicitação de audiência com o Diretor do IFPR para tratar de assuntos de qualificação profissional.; explanação sobre os cursos que a Prefeitura, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria Convencional está realizando no SENAI sobre supervisão da Agência do Trabalhador; ampliação de vagas para o curso básico de corte e costura e para o ano de 2012 a modalidade avançada; inauguração da telesala na Agência do Trabalhador com os cursos de Marketing Pessoal e Português Básico em parceria do Governo Estadual, IFPR e Prefeitura.

#### 4.3 Relatório de síntese de 2010, 2011 e 2012.

**Tabela 1 - Intermediação de mão de obra.**

Ações da intermediação	2010	2011	2012
Inscritos	7340	6793	3198
Vagas abertas	4570	3183	2966
Encaminhados	4281	4007	3699
Colocados	2297	1746	1704

Fonte: Base GAP – Prestação de contas - 2012

Na tabela 1 verifica-se que no ano de 2010 houve maior procura pelos serviços prestados no setor de intermediação de mão de obra, tanto por parte dos trabalhadores, quanto dos empregadores que ofereceram as vagas na Agência do Trabalhador. A relação vagas/colocados é um dado que chama a atenção, pois o número de vagas abertas é consideravelmente superior ao número de trabalhadores colocados. Os motivos das vagas não terem sido preenchidas sugere outro estudo de caso específico neste setor.

**Tabela 2 - Total de segurados desempregados nos anos 2010/2011/2012.**

	<b>formal</b>	<b>doméstico</b>	<b>pescador artesanal</b>
Segurados 2010	4.863	17	11
Segurados 2011	5.547	9	1
Segurados até Set/2012	3.856	9	-

Fonte: Base GAP – Prestação de contas 2012

Na tabela 2 verifica-se um elevado número de requerentes do seguro desemprego, tendo destaque o ano de 2010. Considera-se como provável motivo para esse número elevado, a alta rotatividade da mão de obra e também trabalhadores por prazo determinado que retomam o seguro desemprego.

**Tabela 3 - CTPS emitidas por períodos**

<b>Períodos</b>	<b>Total emissões por ano</b>
2010	2.705
2011	2.254
Jan/Set 2012	1.766

Fonte: Relatório Gerencial - 2012

O número de carteiras de Trabalho emitidas teve destaque no ano de 2010, decrescendo em 2011 e pela projeção voltando a crescer em 2012.

**Tabela 4 - Banco Social**

<b>Períodos</b>	<b>Créditos liberados (R\$)</b>
Jan/Agost-2011	60.698,02
Mai/Set-2012	190.050,00
<b>TOTAL</b>	<b>250.748,02</b>

Fonte: Relatório Gerencial - 2012

O Banco Social teve destaque neste ano de 2012, triplicando os valores emprestados no ano anterior. No período de Setembro de 2011 a Abril de 2012, inatividade por motivo de reformulação de programa do Microcrédito Banco Social.

**Tabela 5 - Sala do empreendedor**

<b>Sala do empreendedor</b>	<b>Fev/2010 à Jun/2012</b>
Pessoas atendidas	1700
Total de formalizações do MEI -Microempreendedor individual	734

Fonte: Relatório Gerencial – 2012

A Sala do Empreendedor é mais um serviço importante disponibilizado na Agência do Trabalhador, num momento em que vivenciamos a diminuição dos postos de trabalho formais. O Empreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário, amparado pela Lei Complementar nº 128/2008, que oferece vantagens entre as quais o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, facilidade de abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais.

#### 4.3.1 Diagnóstico dos cursos ofertados em 2010, 2011 e primeiro semestre de 2012.

Conforme informações do gerente da Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba - PR, a Agência no período de 2010 a 2012, não foi contemplada com os cursos de Qualificação Profissional do PLANTEQ, embora feito levantamento pelo Conselho Municipal de Emprego e Relações do Trabalho. Pelo PLANSEQ que tinha como público-alvo os beneficiários do Bolsa Família, não houve interesse por parte dos beneficiários do programa.

Os dados sobre o número de educandos inscritos no PNQ Plano Nacional de Qualificação – 2010 demonstram que não apenas Telêmaco Borba apresentou dificuldades na execução da Política de Qualificação, mas no geral o Paraná também apresentou um desempenho fraco.

No Paraná foram inscritos 2.265 alunos, sendo apenas 1,2% dos 181.715 inscritos no Brasil em 2010.

Os estados que se destacaram foram Rio de Janeiro com 46.413 – 25,5%, São Paulo 29.689 – 16,3% e Bahia 15.036 – 8,3%.<sup>12</sup>

Tentando suprir a demanda de mão de obra qualificada a Secretaria Municipal do Trabalho realizou através da Agência do Trabalhador pesquisa no Distrito Industrial e na ACITEL – Associação Comercial e Industrial de Telêmaco Borba, para levantar informações sobre os quais cursos seriam necessários. Depois de verificadas as demandas foram realizados contratos com o SENAC e SENAI para realização dos cursos, constantes das tabelas abaixo.

---

<sup>12</sup> Op. Cit. p. 23.

**Tabela 6 - Qualificação Profissional SENAI - 2011/2012  
Setor Transformação da Madeira**

<b>Cursos SENAI/2011</b>	<b>Carga Horária (Hrs)</b>
Operador de desdobro - serra fita horizontal	40
Segurança para operadores de caldeira	40
Liderança operacional	16
Noções de montagem industrial	60
Metrologia	40
Afiação de serra circular	32
Operador de alinhadeira	40
Operador de plaina - moldureira	40
Operador de otimizadora de corte	40
Processo de secagem da madeira	40
<b>TOTAL</b>	<b>388</b>

Fonte: Relatório Gerencial – 2012

Os cursos oferecidos pelo SENAI para o setor da transformação da madeira tinham por objetivo atender a demanda apresentada na pesquisa no Distrito Industrial.

**Tabela 7- Cursos SENAI 2012 – Setor: Móveis.**

<b>Cursos</b>	<b>C. horária (Hrs)</b>
Secagem de madeira	40
Acabamento de superfície	20
Op. maq.serra fita p/marcen. - turma I	40
Op.maq.serra fita p/marcen. – turma II	40
Op. de furad. de coluna horizontal turma I	40
Op. de furad. de coluna horizontal turma II	40
Op. de tupia superior turmaI	40
Op. de tupia superior turmaII	40
Op. de respingador turmaI	40
<b>TOTAL</b>	<b>340</b>

Fonte: Relatório Gerencial - 2012

Os cursos oferecidos pelo SENAI, para o setor de móveis, destinam-se ao preparo de mão de obra com o objetivo de atrair indústrias de móveis para agregar o valor madeira, que é um projeto da Secretaria Municipal do Trabalho e Indústria Convencional.

Foram qualificados 227 alunos e os recursos investidos foram de R\$ 44.000,00.

**Tabela 8 - Cursos SENAC/2011**

<b>Curso</b>	<b>C. horária (Hrs)</b>
Vend c/qualidade e conquistando clientes I	30
Vend c/qualidade e conquistando clientes II	30
Vend c/qualidade e conquistando clientes III	30
Vend c/qualidade e conquistando clientes IV	30
Vend c/qualidade e conquistando clientes V	30
Liderança e coordenação de equipes I	21
Liderança e coordenação de equipes II	21
Liderança e coordenação de equipes III	21
Atendimento ao cidadão I	21
Como planejar e coordenar reuniões I	21
Preparo de drinks e coquetéis	21
Preparo de drinks e coquetéis	21
Técnicas de confeitaria I	40
Técnicas de confeitaria II	40
<b>TOTAL</b>	<b>377</b>

Fonte: Relatório Gerencial – 2012

Os cursos realizados pelo SENAC em 2011 destinaram-se a suprir mão de obra para os diversos setores do comércio e também, para o Serviço Público.

Foram qualificados 307 alunos e os recursos investidos foram de R\$ 65.780,00.

**Tabela 9 - Cursos SENAC/2012**

<b>Curso</b>	<b>C. horária (Hrs)</b>
Boas práticas na manipulação de alimentos I	15
Boas práticas na manipulação de alimentos II	15
Cortes e embalagem de carnes p/supermercado I	21
Cortes e embalagem de carnes p/ supermercado II	21
Preparo de docinhos I	21
Preparo de docinhos II	21
Técnicas para garçom	60
Técnicas básicas de jardinagem I	30
Técnicas básicas de jardinagem II	30
Preparo de salgadinhos I	21
Preparo de salgadinhos II	21
Técnicas de confeitaria	40
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>

Fonte: Relatório Gerencial – 2012



No ano de 2012, os cursos ofertados pelo SENAC foram direcionados para as funções onde foi identificada maior necessidade de mão de obra especializada.

Foram qualificados 208 alunos e os recursos investidos foram de R\$ 61.060,00.

#### 4.4 Diagnóstico e análise dos cursos ofertados em 2011 e 2012.

Para levantamento dos dados que compõem o estudo de caso objeto do presente trabalho, elaboramos um questionário contendo 10 questões, distribuído para 40 (quarenta) participantes dos cursos de qualificação de mão de obra oferecidos pela Agência do Trabalhador em Telêmaco Borba – PR, em parceria com o SENAI e 44 (quarenta) e quatro participantes dos cursos ofertados em parceria com SENAC, cujos resultados são os seguintes:

a) Cursos do SENAI – dos 40 (quarenta) participantes – 31 do sexo masculino e 9 do sexo feminino;

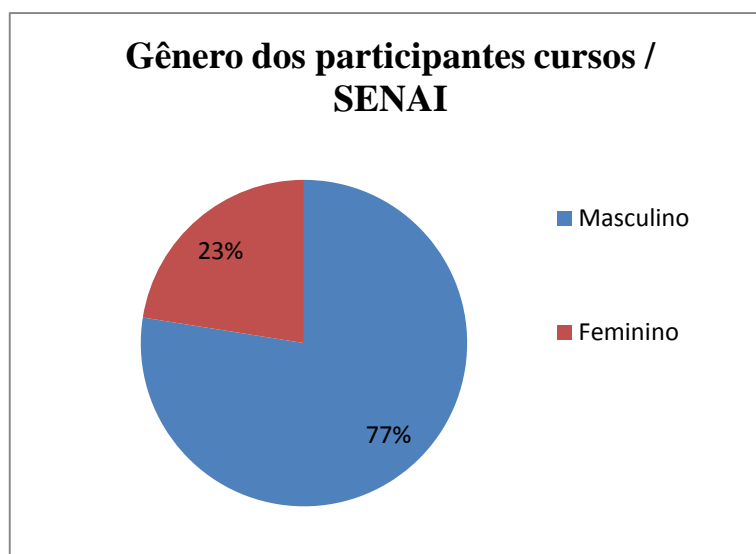


Gráfico 1. Fonte: a autora (2012).

No gráfico 1 verifica-se que 77% dos participantes são do sexo masculino e 23% do sexo feminino.

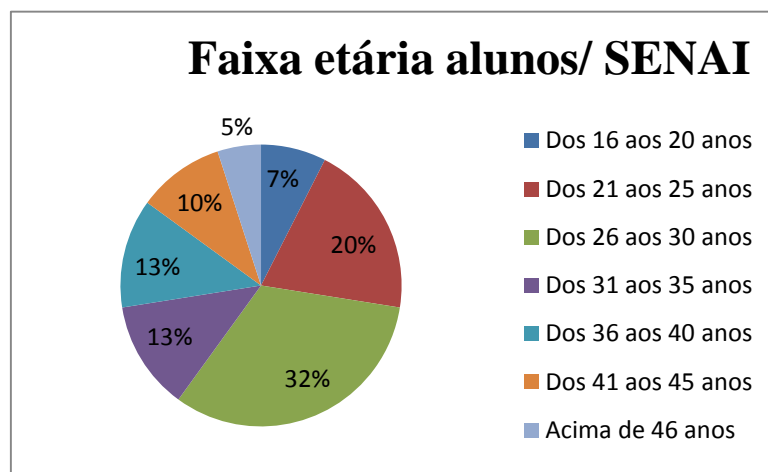


Gráfico 2. Fonte: a autora (2012).

No gráfico 2 observa-se que 52% dos egressos estão na faixa etária dos 21 a 30 anos, sendo esta faixa etária a que concentra maior número de oferta de vagas de emprego.

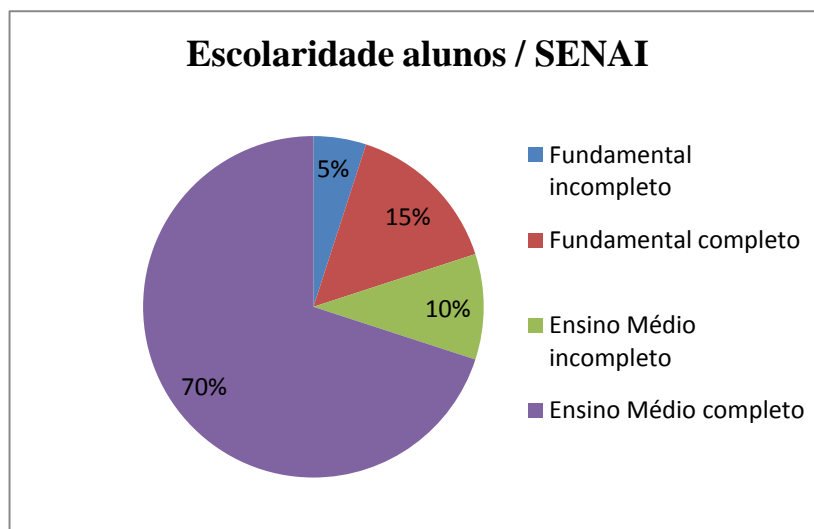


Gráfico 3. Fonte: a autora (2012).

Verifica-se no gráfico 3, que o nível de escolaridade dos egressos é relativamente alto, pois, 70% dos egressos possuem o Ensino Médio completo e apenas 5% estão cursando o Ensino Fundamental.

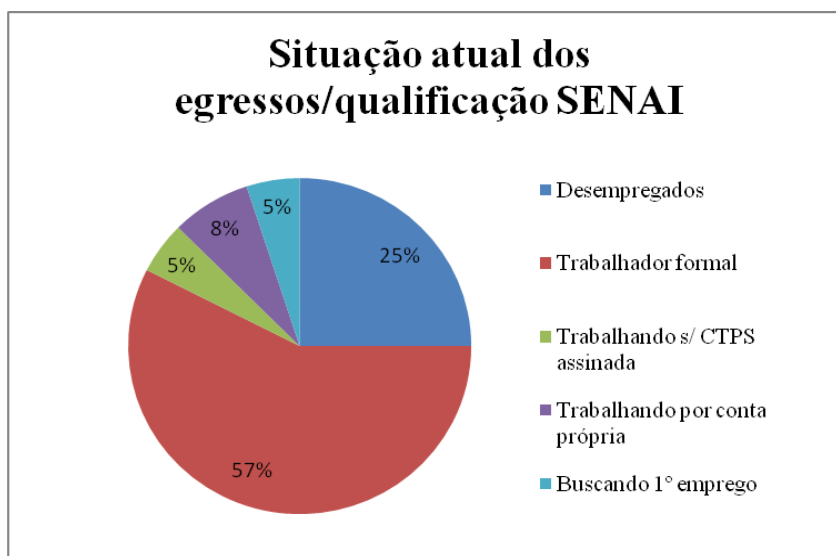


Gráfico 4. Fonte: a autora (2012).

Quanto à situação atual dos egressos, observa-se no gráfico 4 que: 70% possuem renda decorrente do trabalho formal, informal e por conta própria. Apenas 30% estão desempregados ou procurando o primeiro emprego.

Quanto ao tempo de desemprego, dos 10 trabalhadores – 2 estão desempregados há 4 meses; 2 a 6 meses, 1 a 7 meses; 1 a 8 meses; 1 a 10 meses e 3 a 12 meses.

Quanto ao quesito avaliação do curso: 21 participantes responderam - BOM e 19 responderam – ÓTIMO. Percebe-se que os índices de avaliação dos cursos pelos alunos foi elevado: 100% avaliaram como BOM e ÓTIMO.

Com relação ao quesito: o que motivou a fazer o curso – 28 responderam adquirir conhecimento e 12 participantes responderam – a divulgação do curso pela empresa onde trabalham. Nota-se que os indivíduos estão cada vez mais atentos sobre a importância de buscarem cada vez mais conhecimentos, pois 70% responderam que foram motivados a escolher o curso e 30% foram motivados pela empresa onde trabalham.

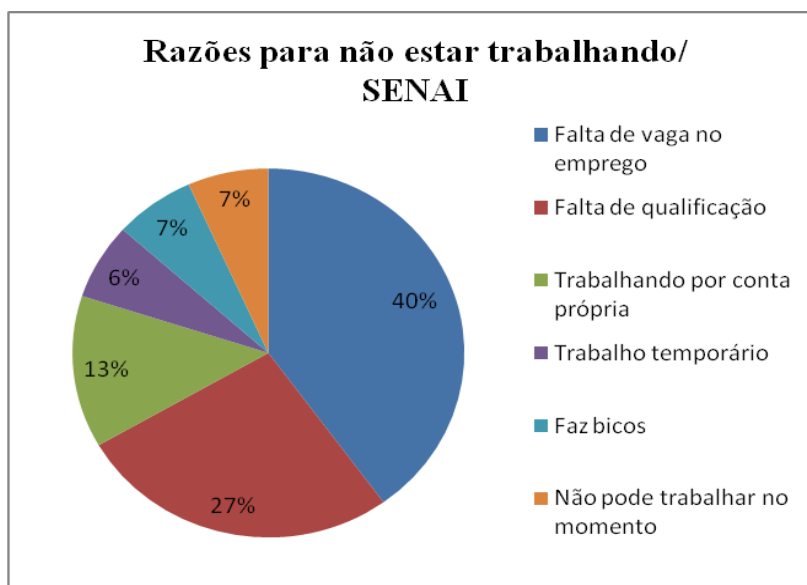


Gráfico 5. Fonte: a autora (2012).

As respostas ao quesito caso esteja desempregado, quais as razões para não estar trabalhando: 40% participantes responderam por falta de vagas de emprego; 27% responderam por falta de qualificação. Conclui-se que a qualificação profissional é importante, porém, deve estar aliada à política econômica para gerar mais empregos.

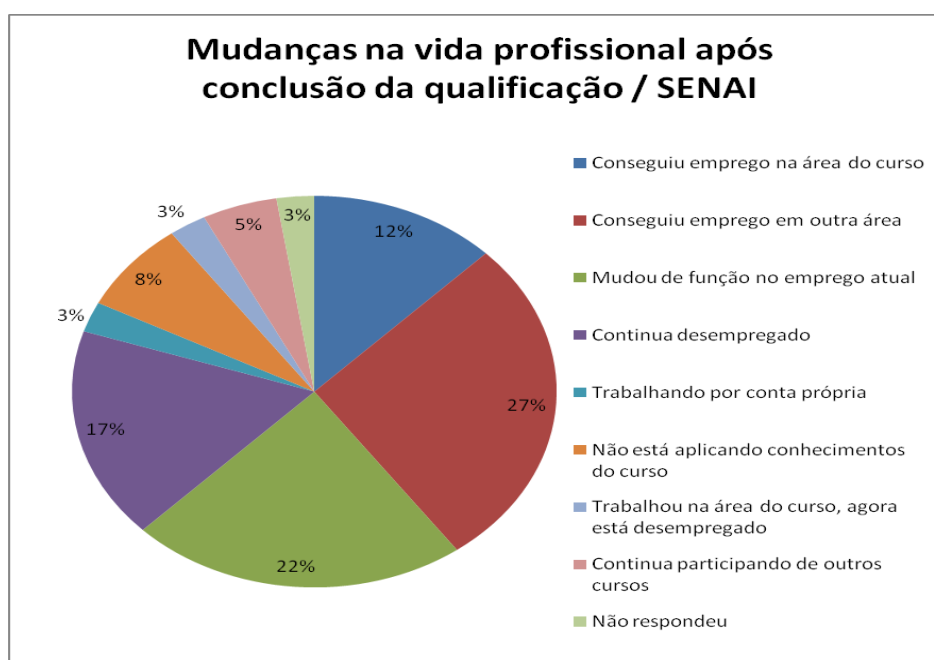


Gráfico 6. Fonte: a autora (2012).

No Gráfico 6 verifica-se que as mudanças na vida profissional foram positivas para 22% dos egressos que mudaram de função no emprego atual e para 12% que conseguiram

emprego na área do curso. 27 % dos egressos estão trabalhando em outras áreas. Continuam desempregados 17%.

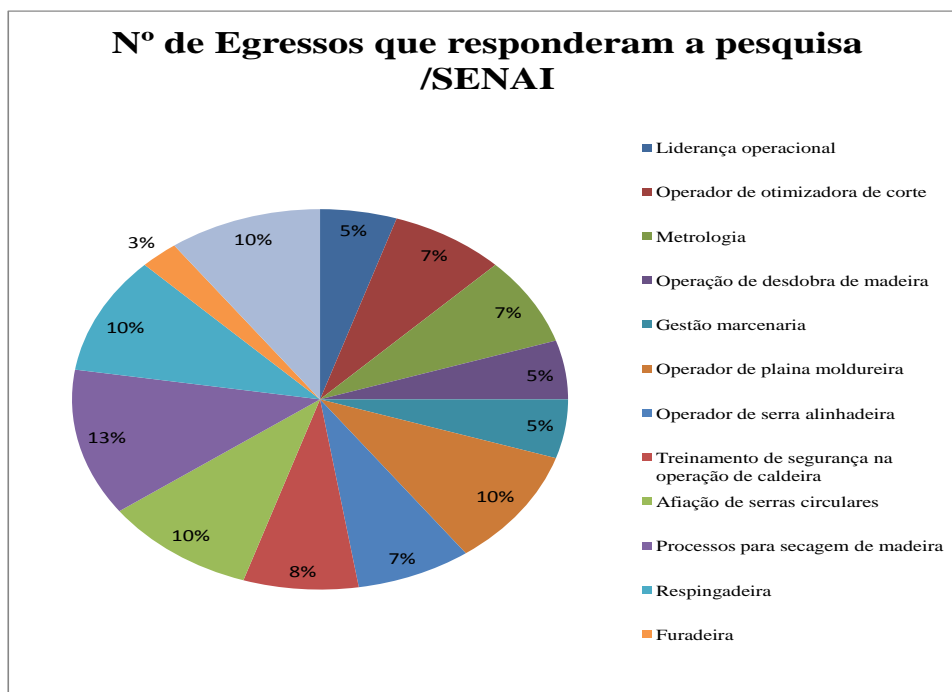


Gráfico 7. Fonte: a autora (2012).

b) Cursos do SENAC – dos 44 (quarenta e quatro) participantes 17 (dezesete) do sexo masculino e 27 (vinte e sete) do sexo feminino.

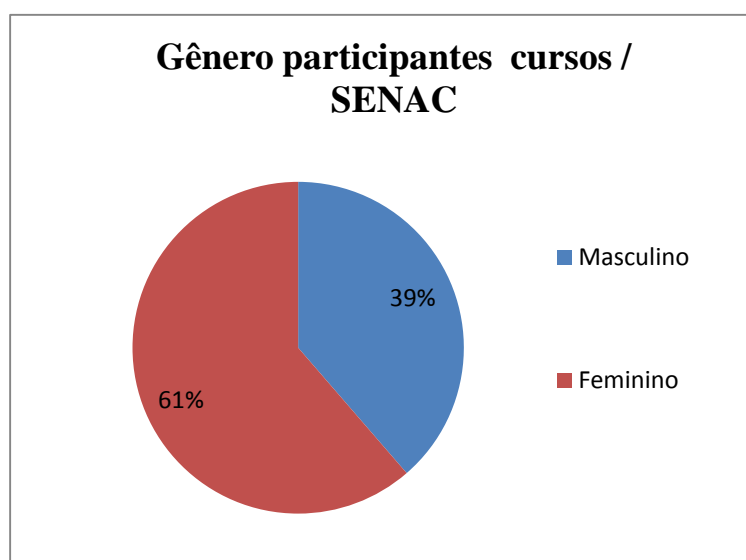


Gráfico 8. Fonte: a autora (2012).

No gráfico 8 verifica-se que 61% dos egressos são do sexo feminino e 39% do sexo masculino.

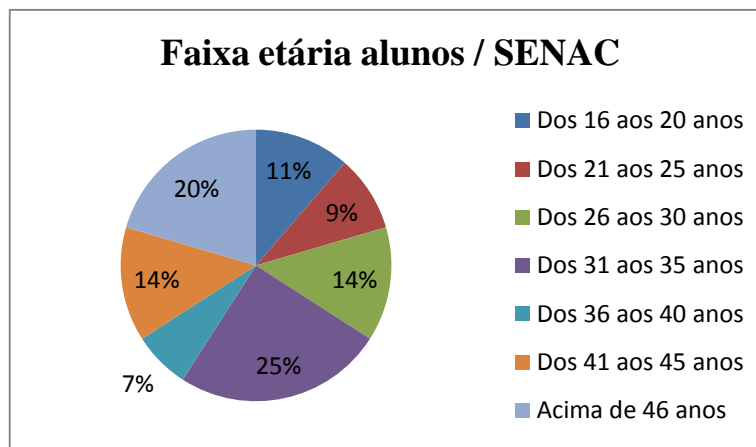


Gráfico 9. Fonte: a autora (2012).

Verifica-se que 66% dos egressos estão na faixa etária acima dos 31 anos, sendo que destes, 34% estão na faixa acima de 41 anos.

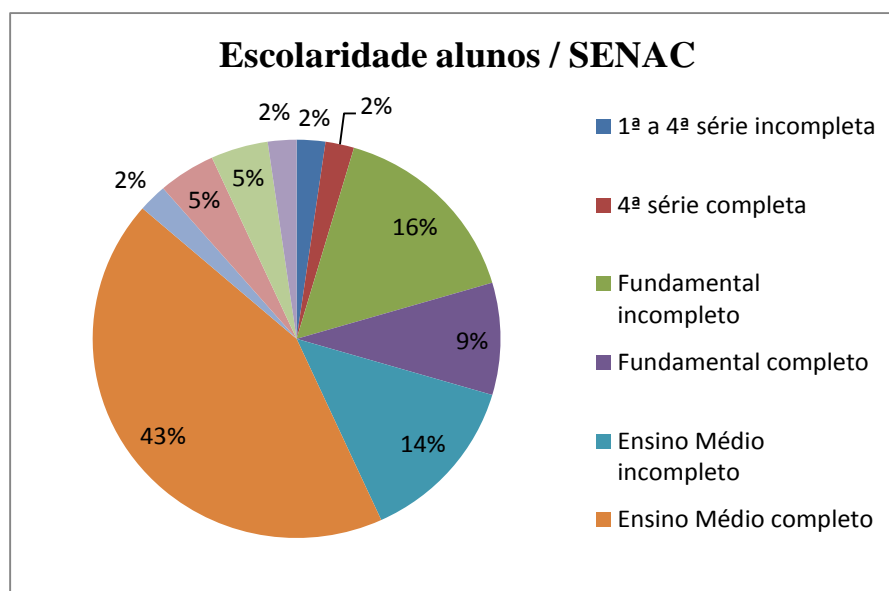


Gráfico 10. Fonte: a autora (2012).

O gráfico 10 mostra o nível de escolaridade elevado dos participantes, onde observamos que 57% concluíram ou estão cursando o Ensino Médio e 14% possuem o Curso Superior.

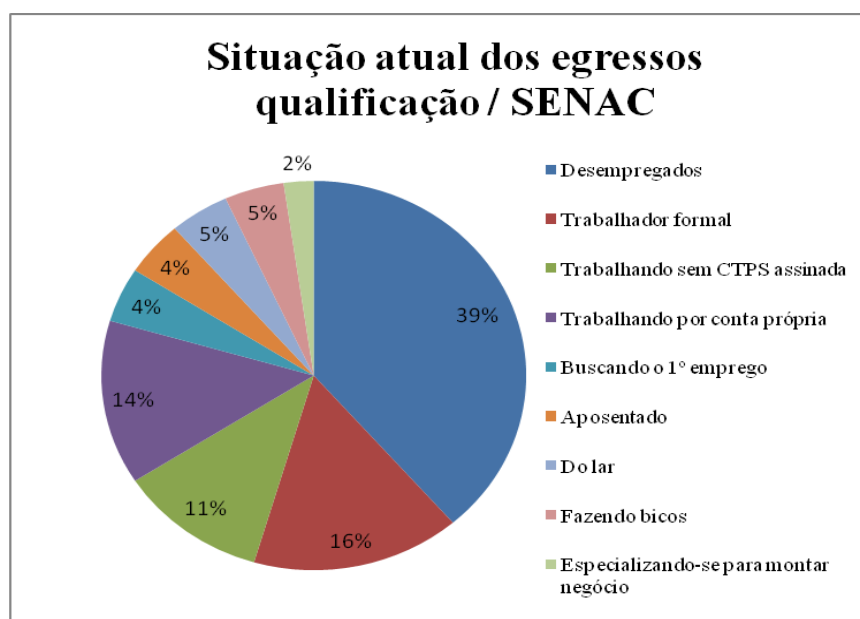


Gráfico 11. Fonte: a autora (2012).

Quanto à situação atual dos egressos, o gráfico 11 mostra que: 39% continuam desempregados e 41% estão trabalhando com registro em Carteira de Trabalho, na informalidade ou por conta própria. Os cursos ofertados pelo SENAC facilitam que o egresso gere renda suplementar trabalhando na informalidade ou por conta própria.

Quanto ao tempo de desemprego, dos 17 trabalhadores – 2 estão desempregados há 1 mês; 1 a 3 meses, 3 a 6 meses; 1 a 7 meses; 1 a 11 meses e 6 a 12 meses; 1 a 18 meses e 2 acima de 24 meses.

Quanto ao quesito avaliação do curso: 17 participantes responderam – BOM, 24 responderam – ÓTIMO e 03 responderam - REGULAR. Considera-se os índices de avaliação pelos alunos elevado: 93,18% avaliaram o curso como BOM e ÓTIMO e 6,82% avaliaram como REGULAR.

Com relação ao quesito: o que motivou a fazer o curso – 31 responderam adquirir conhecimento; 10 participantes responderam: necessidade de ganhar dinheiro; 02 responderam: falta de opção de outros cursos; 01 respondeu: exigência da empresa onde trabalha.

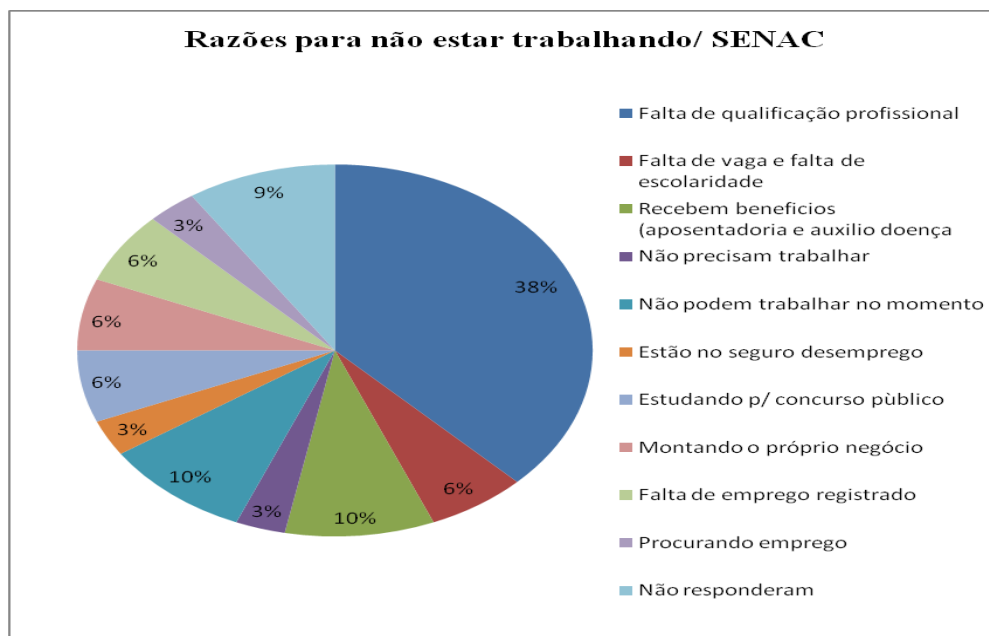


Gráfico 12. Fonte: a autora (2012).

As respostas ao quesito caso esteja desempregado, quais as razões por não estar trabalhando, de acordo com o gráfico 12, observa-se que 38% participantes responderam por falta qualificação profissional. Isso mostra que os cursos precisam ser revistos, tendo em vista que alguns cursos não estão preparando para a realidade do mercado de trabalho.

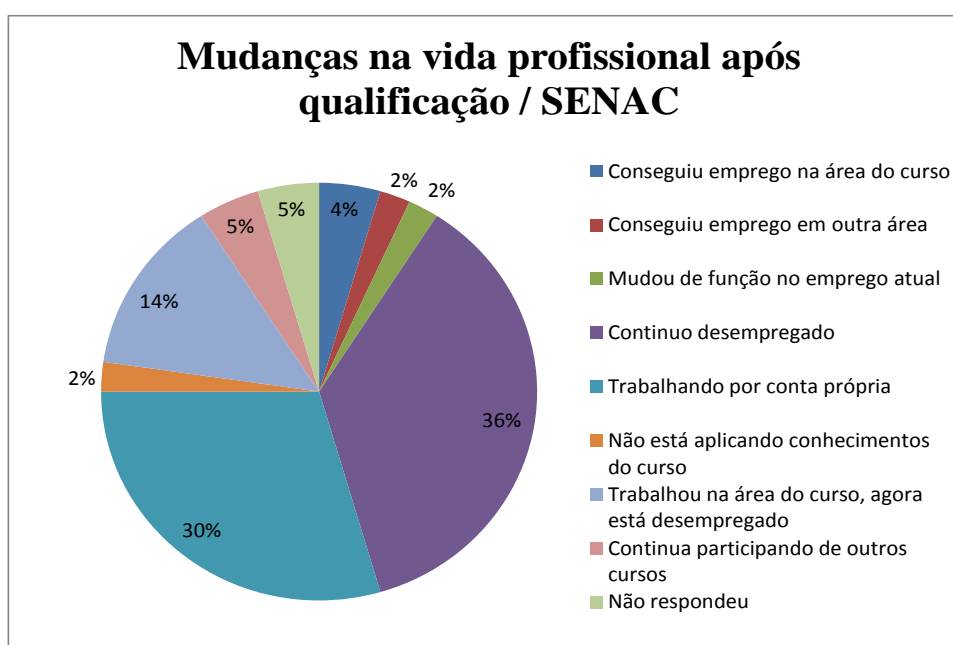


Gráfico 13. Fonte: a autora (2012).

No gráfico 13 verifica-se que 36% dos egressos continuam desempregados, 30% aumentaram a renda trabalhando por conta própria e 8% estão trabalhando formalmente. Um



dado que chama a atenção é o número de egressos que apesar de não estarem trabalhando formalmente, estão aplicando o conhecimento obtido no curso e gerando renda.

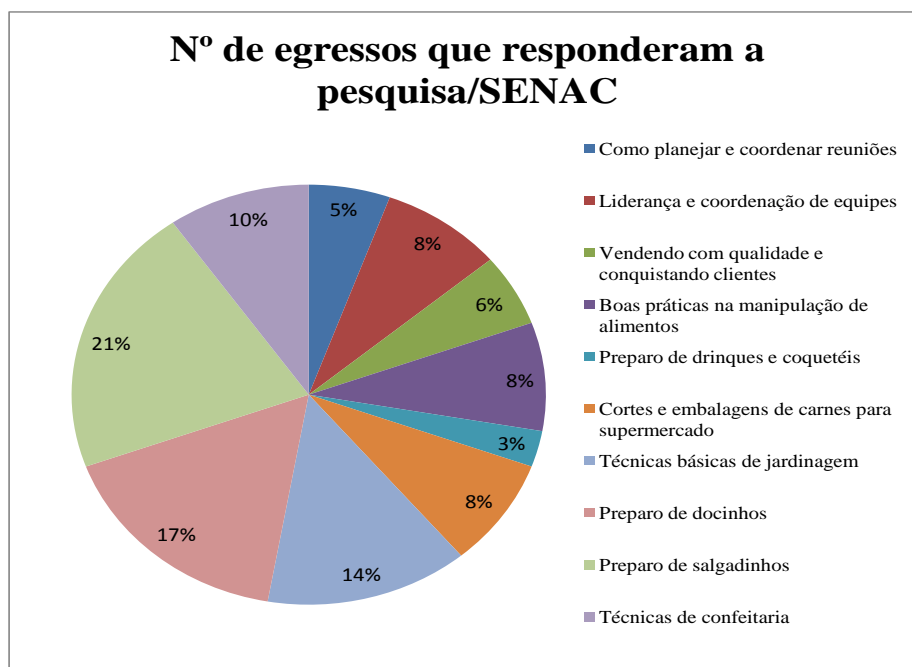


Gráfico 14. Fonte: a autora (2012).

Analisando a efetividade dos cursos, concluímos que os cursos na área industrial foram mais contributivos para que o participante fosse incluído no mercado de trabalho formal, pois somando o número de egressos que conseguiram emprego na área do curso, os que mudaram de função e os que já trabalharam na área do curso temos um total de 37% dos egressos. O nível de escolaridade foi um dos fatores que oportunizou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, pois 70% dos egressos já concluíram o ensino médio.

Na área comercial, apenas 6% conseguiram emprego na mesma área do curso ou mudaram de função, porém, devemos atentar para um outro indicador importante que é o número de egressos que aumentaram a renda trabalhando por conta própria e aplicando os conhecimentos do curso, que é de 30%.

Apesar dos resultados positivos, a política de qualificação da Agência do Trabalhador precisa ser revista e reformulada através de um planejamento estruturado, que possa subsidiar projetos que contemplem de forma clara os objetivos dos cursos, o direcionamento do público-alvo a ser atendido e as formas de avaliação das políticas, para que estas possam ser realmente efetivas.

Um dos problemas detectados é relativo ao grande número de desistência dos alunos, o que acarreta a má utilização dos recursos disponibilizados, uma vez que, nos cursos de pouca duração estes alunos desistentes não podem ser substituídos por outros.

Outro fator que influencia negativamente é a falta de planejamento de ações de intervenção no período pós conclusão dos cursos, pois, assim que os alunos terminam os cursos, nenhuma outra ação é pensada no sentido de acompanhar seu desenvolvimento, de verificar suas necessidades e as possibilidades de novo apoio a este trabalhador.

Verificou-se ainda o problema relativo à carga horária dos cursos, pois grande parte deles é constituída por no máximo 40 horas, o que caracteriza uma formação superficial e fragmentada, e não possibilita de forma eficaz a emancipação e autonomia desses trabalhadores.

A qualificação profissional é importantíssima para os trabalhadores que precisam estar cada vez mais qualificados para atender as exigências do mercado de trabalho.

No referencial teórico do presente estudo, percebe-se que o Plano Nacional de Qualificação está muito bem formulado, contemplando ações que qualificam integralmente os trabalhadores, porém, na prática do Sistema Público de Emprego em grande parte dos municípios ocorre um distanciamento entre a teoria e a prática.

No período pesquisado (2010 a 2012) não houve cursos do PlanTeQ no município de Telêmaco Borba – PR, tendo em vista os desencontros de informações entre a Agência do Trabalhador, a Secretaria Estadual do Trabalho e o Conselho Estadual do Trabalho, no que diz respeito à demanda dos cursos solicitados, pois a Agência alega que enviou e o Conselho alega que não recebeu a demanda. Esse fato ocasionou a exclusão do município do PlanTeQ de qualificação.

No período pesquisado houve liberação do PlanSeQ Construção Civil para o público do Bolsa Família, esse curso iniciou no SENAI e foi cancelado a nível estadual pela falta de demanda em vários municípios e acabou sendo concluído em Telêmaco Borba com recursos do próprio SENAI, para que não fosse interrompido um curso que já estava em andamento.

Os cursos de qualificação profissional que aconteceram nesse período foram realizados com recursos da Prefeitura que sentiu a necessidade da qualificação da mão de obra no município.

Os cursos oferecidos pelo SENAI apresentaram maior inserção no mercado de trabalho devido à faixa etária, escolaridade dos participantes e a característica econômica do município, onde predomina o setor industrial.

Por outro lado, os cursos do SENAC apresentaram outra realidade, os participantes têm nível de escolaridade mais diversificado, a faixa etária predominante acima dos 30 (trinta) anos, maioria do sexo feminino, significativo número de trabalhadores na economia informal.

Os Conselhos Municipais do Trabalho têm papel importante nas Políticas Públicas de Emprego e Renda e também na definição das demandas de qualificação para o município, porém faltam grupos de apoio que forneçam subsídios para os conselheiros, tendo em vista que a maioria já possui várias atividades o que inviabiliza a realização de pesquisas e estudos.

Como o tema Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda é muito amplo e o desenvolvimento econômico e social é dinâmico, surgem novas idéias para estudos a serem realizados, como é o caso da intermediação de mão de obra, no sentido de diagnosticar o motivo pelo qual um grande número de vagas são abertas sem que sejam preenchidas pelos trabalhadores encaminhados pela Agência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo de caso realizado percebeu-se que existe uma necessidade de qualificação contínua dos Conselheiros do Trabalho, para que melhor preparados tecnicamente possam planejar as intervenções necessárias à solução dos problemas apresentados, como por exemplo, a exclusão do município de Telêmaco Borba dos Cursos do PlanTeQ conforme a Resolução *ad Referendum* nº 314/2012 do Conselho Estadual do Trabalho.

A busca por informações, nos Municípios da região, sobre suas experiências com os cursos de qualificação realizados com recursos do FAT e, nos casos em que encontrem o mesmo diagnóstico, as mesmas dificuldades, possam unir forças e reivindicar junto ao Governo Estadual, através da Secretaria do Trabalho e Economia Solidária e Conselho Estadual do Trabalho o cumprimento do que está previsto no Plano Nacional de Qualificação, poderá ser uma possibilidade para auxiliar no enfrentamento das dificuldades encontradas.

É necessário que a Agência do Trabalhador tenha funcionários treinados para interpretar os dados sobre o mercado de trabalho e as políticas públicas de emprego e renda, para subsidiar tanto a Agência quanto o Conselho Municipal do Trabalho.

Outra ação possível e necessária é a parceria com as instituições que ofertam cursos de qualificação gratuitamente, para que estas instituições informem à Agência do Trabalhador o cronograma de seus cursos, e a Agência, por sua vez, poderá disponibilizar estas informações aos trabalhadores.

Propor parceria com as empresas, para que estas forneçam dados e informações sobre a necessidade de qualificação de mão de obra e sugiram cursos que tenham alta taxa de empregabilidade. A Agência do Trabalhador oferecerá os cursos gratuitamente e a contrapartida é que os egressos dos cursos sejam aproveitados pela empresa.

É necessário estudar alternativas para os trabalhadores com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, devido à falta de escolaridade, experiência, idade, etc., pois geralmente esses trabalhadores não se encontram dentro do perfil exigido pelas empresas. Uma sugestão seria a implantação da Economia Solidária na Agência de Telêmaco Borba, como forma de fomentar alternativas de geração e trabalho, ocupação e renda, através de formas associativas de produção e consumo, organizadas em cooperativas e empreendimentos autogestionados.

Poderá ser realizado um estudo sobre o papel do Conselho Municipal do Trabalho na operacionalização das Políticas Públicas do Trabalho, Emprego e Renda.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Estimativa populacional 2011**. 01 de julho de 2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/estimativa2011/pop2011\\_DOU.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/estimativa2011/pop2011_DOU.pdf)>. Acesso em 30/10/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. PRONATEC-MEC . Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>> Acesso em: 15/07/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Relatório de informações gerais da CN/CAEd de outubro de 2007**. Disponível em: <<http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/formação>>. Acesso em: 12/10/2012

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>>. Acesso em:13/07/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano nacional de qualificação**. Termo de referência. Disponível em: <<http://www.portal.mte.gov.br/datafiles>>. Acesso em: 22/10/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Rais**. Disponível em: <<http://www.portal.mte.gov.br/datafiles/.../rais%202011%20brasil.pdf>> Acesso em: 22/10/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. MTE/SPPE/DEQ. **Plano nacional de qualificação (PNQ) - 2003-2007**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Qualificação profissional**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnq/default.asp>>. Acesso em: 15/08/12.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Qualificação social e profissional**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/codefat/qualificacao-social-e-profissional.htm>>. Acesso em: 24/08/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Revista Trabalho-MTE**. Edição Comemorativa 80 anos de Conquistas. Brasília: Gráfica Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. *Vade Mecum*. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CACCIAMALI, M. C. *et al.* **Boas práticas dos serviços públicos de emprego no Brasil**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. Disponível em: <<http://www.portal.mte.gov.br/data/.../boas-praticas-servpublico-web.pdf>>. Acesso em: 24/09/2012.

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Cláusulas Negociadas sobre Qualificação Profissional**: subsídios para a negociação. São Paulo: DIEESE, 2007.

GEMELLI, D. D. **Sob o metabolismo destrutivo do capital:** a expansão do trabalho nas indústrias alimentícias e a qualificação profissional em Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon/PR. Disponível em:  
<<http://cacphp.unioeste.br/projetos/geolutas/docs/2012/diane.pdf>>. Acesso em: 24/09/2012.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Manual do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.** Curitiba: IFPR. p. 131-205.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Perfil do município de Telêmaco Borba. Disponível em:  
<[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal)>. Acesso em: 12/10/2012.

FRANZOI, N. L. **Da profissão como profissão de fé ao mercado em constante mutação:** trajetórias e profissionalização dos alunos do Plano Estadual de Qualificação do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas: UNICAMP, 2003.

LAVOS, A.; *et al.* **Sistema de Avaliação:** Programa de Qualificação profissional do Estado de São Paulo. p.33. Disponível em:  
<<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/0001975.pdf>>. Acesso em: 07/08/12.

LIMA A. A. B.; LOPES F. A. M. **Diálogo social e qualificação profissional:** experiências e propostas. Disponível em:<[http://www.mte.gov.br/pnq/dialogos\\_sociais.pdf](http://www.mte.gov.br/pnq/dialogos_sociais.pdf)> Acesso em: 24/08/2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas 2003. p. 190.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. p.43 e 44.

MATOS, F. de. **Boas práticas dos serviços públicos de emprego no brasil.** Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. 2011. disponível em:  
<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8a7c816a350ac882013558c444b32bc4/boas-praticas-servpublico-web.pdf>>. acesso em: 24/08/2012

PARANÁ. Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho. **Uma contribuição ao debate das políticas públicas de emprego:** o Sistema Nacional de Emprego. Paraná: MTE, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho. **Intermediação de mão-de-obra:** termo de referência para o sistema nacional de emprego. Paraná: MTE, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho. **Revista trabalho & cidadania.** Curitiba: Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, [2006] data provável.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA. **Dados populacionais.** Disponível em: <[http://www.pmtb.pr.gov.br/a\\_cidade/d\\_populacionais.php](http://www.pmtb.pr.gov.br/a_cidade/d_populacionais.php)>. Acesso em 21/10/2012.

SANTOS, M. P. G. **O Estado e os problemas contemporâneos.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC. Brasília: CAPES, 2009.

SILVA, M. C. da. **Métodos e pesquisa**. Disponível em:  
<<http://www.monografias.brasilecola.com/regras-abnt/métodos-pesquisa.htm>>. Acesso em: 07/10/2012.

TATAGIBA, Luciana. **Os Conselhos Gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIEIRA C. A. A.; ALVES E. L. G. **Qualificação profissional**: uma proposta de política pública. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_376.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_376.pdf)>. Acesso em: 13/08/2012.

ZAMBERLAN, F. L. *et al.* **A qualificação profissional no Projovem Urbano**. Textos complementares para formação de gestores. p. 75. Disponível em:  
<<http://www.projovem.gov.br/userfiles/file/formação>>. Acesso em: 12/10/2012

## APÊNDICE A

Convido o Senhor (a) a responder o questionário abaixo, cujos dados serão utilizados para o desenvolvimento de uma pesquisa de monografia do Curso de Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que tem por objetivo avaliar o impacto dos Cursos de Qualificação Profissional oferecidos na Agência do Trabalhador de Telêmaco Borba, analisando aspectos do perfil dos alunos e mudanças ocorridas após conclusão do curso. Este questionário também poderá subsidiar na programação de novos cursos na Agência do Trabalhador.

Curso que participou: \_\_\_\_\_

Sexo:

- Masculino  
 Feminino

Faixa etária:

- 16 a 20 anos  
 21 a 25 anos  
 26 a 30 anos  
 31 a 35 anos  
 36 a 40 anos  
 41 a 45 anos  
 acima de 46 anos

Escolaridade

- 1ª a 4ª série incompleta  
 4ª série completa  
 Fundamental Incompleto – 5ª a 8ª série incompleta  
 Fundamental Completo  
 Ensino Médio Incompleto  
 Ensino Médio Completo  
 Superior Incompleto  
 Superior Completo  
 Especialização

4- Situação atual:

- desempregado há \_\_\_\_\_ meses  
 trabalhando com registro na Carteira de Trabalho  
 trabalhando sem registro na Carteira de Trabalho  
 trabalhando por conta própria  
 buscando o primeiro emprego  
 Outros: \_\_\_\_\_

5 – Já participou de outros cursos oferecidos na Agência do Trabalhador?

- Não  
 Sim.

Qual(is): \_\_\_\_\_



6- A Instituição que realizou o curso:

- SENAI
- SENAC
- OUTROS \_\_\_\_\_(Instituição)

7- Avaliação do Curso:

- Ruim
- Regular
- Bom
- Ótimo

8- O que motivou a fazer o curso?

- Adquirir conhecimento em uma área
- Necessidade de ganhar dinheiro
- Falta de opções de outros cursos
- Exigência da empresa

9- Caso esteja desempregado, quais as razões por não estar trabalhando:

- Falta de qualificação profissional
- Desisti de procurar, porque não encontrava vaga
- Não tenho escolaridade
- Recebo benefícios (aposentadoria, bolsa família)
- Não preciso trabalhar
- Não posso trabalhar no momento (doente, tem outra atividade)
- Outro Motivo. \_\_\_\_\_

10- Após concluir o curso de qualificação, quais foram as mudanças na sua vida profissional?

- Consegui emprego na área do curso
- Consegui emprego em outra área
- Mudei de função no emprego atual
- Continuo desempregado
- Aumentei minha renda, trabalhando por conta própria e aplicando os conhecimentos do curso
- Não estou aplicando os conhecimentos do curso